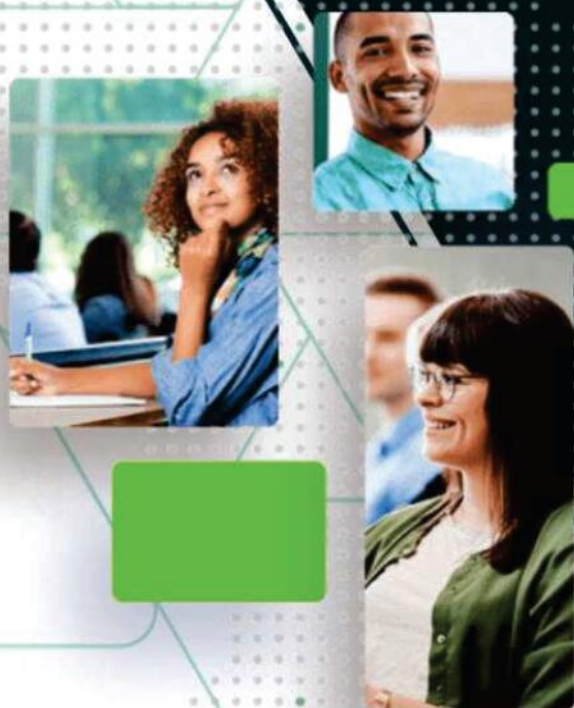




SICOOB

Credesp

Relatório Anual



26 anos

de evolução e
sucesso



Palavra do Presidente 03

Sicoob Credesp: 26 anos de evolução e sucesso 05

Central de Relacionamento traz mais agilidade e proximidade no atendimento aos cooperados 07

Projeto Voleimania e Bom na Escola Ferinha no Esporte, recebem Selo Instituto Sicoob 08

Conheça a gestão que está trabalhando para fazer a diferença 09

Colaboradores do Sicoob Credesp conquistam certificações 10

Sicoob Credesp cria novos setores 11

Assembleia Geral Ordinária marca os 25 anos do Sicoob Credesp 12

Sicoob Credesp realiza Reunião Regional de Cooperativas de Crédito no Centro-Oeste de Minas Gerais 13

Sicoob Credesp realiza 1º Edição Natal Iluminado Caixa dos Sonhos 14

Sicoob Credesp e VDM Acabamentos e Tintas se unem 15

Promoção Atualiza Pra Valer premia 55 associados 16

Dia C 17

Demonstrativos Contábeis 18

Produtos e Serviços 77

Expediente

Presidente:

Márcio Antônio Laine

Diretoria:

Ronaldo Tavares Gontijo - Diretor Administrativo

Sávio Ribeiro Araújo - Diretor de Negócios

Rogério Heitor Andrade - Diretor de Riscos e Controles

Conselho Administração:

Fábio Teixeira Campos

Fernando de Oliveira Giordani

Guilherme Gontijo da Silva

Marcelo Bernardes Silva

Mozart Lúcio Costa

Wellington Renato Vieira

Conselho Fiscal:

Rogério Cardoso da Silva

Gabriel Philipe Gomes e Silva

Geraldo Antônio Pereira

Editor responsável

Marina Coeli e Mariana Lima

Projeto e Design Gráfico

Thiago Santos e Lucas Otávio

Imagens: TCI Agência

Tiragem: 2.000 unidades

Contatos:

Central de Relacionamento

(37) 3322-1166

Atendimento de 09h às 17h

Central de Relacionamento

0800 724 4420

Atendimento 24 horas

Agências Sicoob Credesp:

Sede - Bom Despacho/MG

R. Faustino Teixeira, 60 - B. Centro

Tel.: (37) 3522-1166

PA01 - Bom Despacho/MG

R. do Rosário, 1027 - B. São José

Tel: (37) 3522-1555

PA02 - Martinho Campos/MG

R. Professor Coutinho, 20 - B. Centro

Tel: (37) 3363-0200

PA03 - Pompéu/MG

R. Messias Jacob, 482 - B. Centro

Tel.: (37) 3523-4055

PA04 - Belo Horizonte/MG - Alípio de Melo

Av. Abílio Machado, 1450 - B. Inconfidência

Tel: (31) 3566-1055

PA05 - Belo Horizonte/MG - Alto Barroca

Av. Silva Lobo, 915 - B. Alto Barroca

Tel: (31) 2511-1233

Correspondente Bancário: Alípio Elias

Aparecido - Bom Despacho/MG

Av. Guarujá, 287 - B. Cj. Aeroporto

CNPJ: 25.910.670/0001-76

(recebimento de boletos e convênios)



Palavra do Presidente

Márcio Antônio Laine (Presidente do Conselho de Administração).

Caro Associado, a 1ª edição da Revista do Sicoob Credesp tem como objetivo trazer um pouco da sua história, números e, principalmente, seus valores. São os valores que nos impulsionam rumo a dias sempre melhores.

As Cooperativas possuem a missão de unir pessoas em prol de um propósito comum. Mas, gostaria de ressaltar esse sucesso em especial no ramo crédito, ao qual pertencemos. Na contramão dos grandes bancos, o cooperativismo de crédito vem crescendo exponencialmente porque tem a capacidade de chegar e permanecer onde aqueles não conseguiram. O Sicoob Credesp com sua marca de credibilidade, transparência e excelência no atendimento há muito rompeu os limites da sua cidade natal para novos mercados.

Nascemos no Centro-Oeste de Minas Gerais, na acolhedora cidade de Bom Despacho em 1997, através da ação de um grupo de comerciantes na busca de melhores custos nos produtos bancários e soluções financeiras. De lá para cá já se passaram 26 anos.

Minha história pessoal passa a ter maior relevância para o Sicoob Credesp em 2007, quando fui convidado a participar do Conselho Fiscal, em seguida do Conselho de Administração em 2008, em 2010 da Diretoria Administrativa e, depois Diretor Presidente. Encerrado esse ciclo, fui eleito para o Conselho de Administração e nomeado como Presidente desse órgão deliberativo, cargo que ocupo desde 2015. Portanto, trabalhei nas três alçadas de gestão da nossa Cooperativa, fiscalizando, executando e planejando. Já são quase 16 anos de dedicação. Nesse lapso temporal precisei estudar muito para conseguir desempenhar minhas funções com zelo e ética que regem meus valores pessoais. Mas, cada hora ausente no seio da minha família, cada noite sem dormir, cada batalha lutada, foi válida.



O Sicoob Credesp que nasceu pequeno cresceu e cresceu muito. Quando aqui cheguei em 2007 éramos aproximadamente 884 associados e 14 funcionários, hoje somamos mais de 16.000 (dezesesseis mil) associados e contamos com uma equipe de funcionários distribuída em seis agências físicas e uma com atendimento digital. Todas recebem suporte de uma unidade administrativa descentralizada. Estamos presentes em Bom Despacho, Martinho Campos, Pompéu, Belo Horizonte e em todos os lugares que se possa imaginar com o PA Digital. Nosso crescimento é resultado de muito esforço e união e se mostra constante com os nossos números. Em 2021 alcançamos o resultado de R\$ 12.410.138,24 de sobra e em 2022, apesar da instabilidade do mercado, chegamos ao valor de R\$ 13.667.779,70.

Nos últimos quatro anos alcançamos feitos surpreendentes, escrevemos o nome do Sicoob Credesp na lista dos melhores na Campanha

Nacional de Vendas do Sicoob por quatro vezes consecutivas – feito inédito e único para o mercado regional. No ano passado, ao realizar pesquisa de satisfação obtivemos nota de 82 pontos no cálculo do NPS – Net Promoter Score, o que significa que fomos classificados em uma zona de excelência por vocês associados.

Mas, não ficamos parados, em 2022 quando completamos 25 anos, ao analisar os números e constatar que o nosso crescimento vem se acelerando ano após ano, iniciamos uma grande reestruturação interna para levar ao atual associado mais: produtos, benefícios, segurança, transparência, valor e propósito e para que nossa Cooperativa esteja pronta e preparada para receber os futuros associados e preparada para o crescimento que virá nos muitos outros 25 anos que ainda continuaremos escrevendo nossa história.

Nossa marca ao longo desses anos foi construída com credibilidade, ética, respeito, confiança e principalmente atendimento diferenciado porque nossa equipe sabe que nosso maior valor são as pessoas que compõem o quadro de associados e todos que formam as comunidades onde estamos inseridos. O interesse pela comunidade é um princípio mundialmente reconhecido como cooperativista justamente porque são as pessoas a

base de uma cooperativa. O Sicoob Credesp vai além do básico porque somos fonte de geração de valor humano. Hoje empregamos 106 colaboradores, geramos incontáveis empregos indiretos e é imensurável o número de empregos que ajudamos a fomentar através das parcerias realizadas com cada associado ao auxiliar com capital de giro, fornecer produtos e assessoria. Mas, não paramos por aí, somos parceiros na realização dos mais diversos sonhos com a liberação de empréstimos, financiamentos e consórcios. E por fim, não posso deixar de mencionar as diversas ações sociais que as comunidades compartilham conosco e nos dão oportunidade de participar.

Então, deixo vocês com nossa história de sucesso, respeito, trabalho e perseverança. Que você associado se veja nestas páginas, se reconheça em cada trabalho que realizamos porque em cada um deles levamos um pouco de cada associado do Sicoob Credesp.

Márcio Antônio Laine

Presidente do Conselho de Administração

Bacharel em Administração de Empresas pela FAGED – Divinópolis

Certificação em Dirigente do Sicoob através da Fundação Carlos Chagas



LCI
Letra de Crédito Imobiliário

Mais uma opção de investimento!

Investindo em LCI no Sicoob Credesp, você aumenta sua participação nos resultados da cooperativa.

Quer saber mais?
Ligue para
(37) 3522-1166

SICOOB
Cooperativa



Percebeu algo errado?
DESLIGUE A LIGAÇÃO E NÃO PASSE NENHUM DADO!

Evite fornecer informações sensíveis, pessoais ou dados bancários por telefone ou outros meios de comunicação.

SICOOB
Cooperativa

Seguro Residencial do Sicoob.
PRA TUDO FICAR BEM.

www.sicoob.com.br

SICOOB
Cooperativa

Sicoob Credesp: 26 anos de evolução e sucesso!

O Sicoob Credesp escreve sua história com muita relevância considerando os seus resultados frente ao mercado onde está inserido. Nos últimos quatro anos, período caracterizado por muitas mudanças e instabilidade, o crescimento da instituição tem sido acelerado, o que indica que ela está firmemente fundamentada em bases sólidas, capazes de lidar com as constantes variações do mercado.

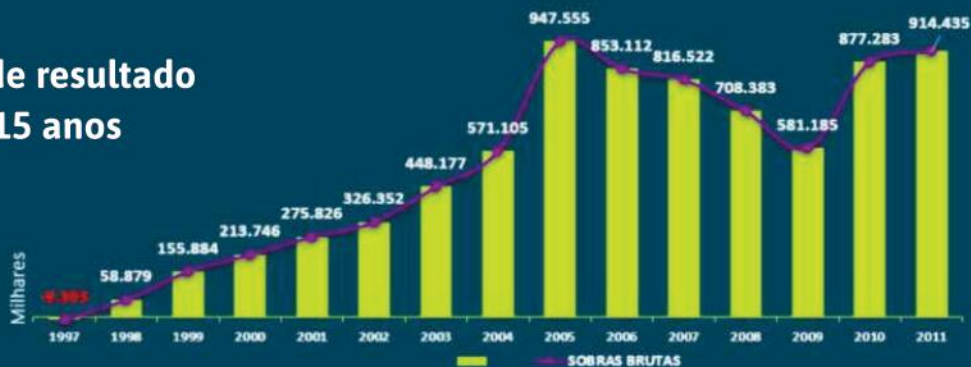
Fazendo uma reflexão sobre nossa história e os resultados produzidos, tem-se que os eventos externos não foram capazes de nos desvirtuar do caminho traçado. Assim, a solidez do negócio se

faz destaque porque por trás dele tem trabalho, planejamento, transparência e ética. Esses fatores somados resultaram em sucesso nos últimos 25 anos, conforme veremos nessa análise abaixo.

O que nos dá força e impulso para iniciar o vigésimo sexto ano com vontade de continuar não só trilhando esse caminho, mas cada vez mais, elevando nosso nome entre os melhores porque não paramos diante dos desafios.

A linha do tempo dos nossos primeiros 15 anos (1997-2011) mostra um resultado acumulado de R\$7.739.142,00 em sobras, números bons e em ascendência.

Histórico de resultado primeiros 15 anos



Diante da oportunidade de expandir sua área de atuação, em dezembro de 2018, foi inaugurada nossa primeira agência em Belo Horizonte, localizada na Avenida Abílio Machado. Uma região extremamente estratégica devido a boa localização e com um polo comercial de infinitas possibilidades, foi um

grande passo para nos situarmos na capital e mostrar a importância e grandeza da nossa marca. Mas, o desafio nos motiva e, no primeiro ano na capital, tivemos resultados bastante expressivos, mesmo inseridos em uma região "dominada" por bancos há muitos anos.

Sobras brutas acumuladas últimos 11 anos.

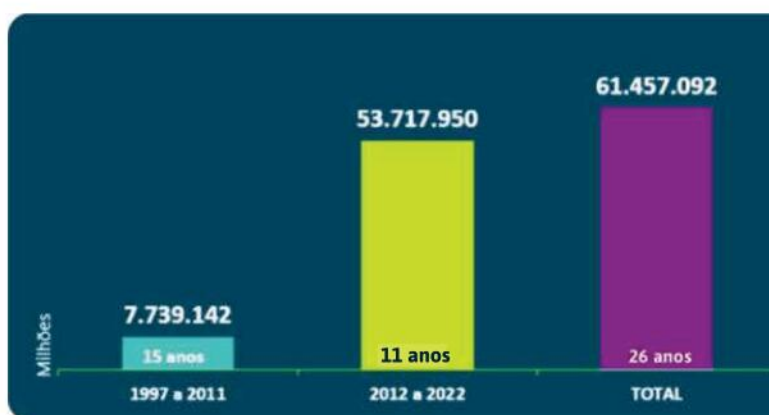


No período de 2012 a 2022 tivemos os impressionantes R\$53,7 milhões acumulados em sobras, ou seja, nos últimos 10 anos obtivemos um resultado acumulado de 694% superior ao acumulado dos primeiros 15 anos (1997-2011). E fazendo uma cronologia ainda mais reduzida de 4 anos (2019-2022) concluímos que crescemos muito mais que nos primeiros 22 anos (1997-2018).

E para comemorar com muita festa e orgulho os nossos 25 anos, fechamos o ano de 2022 alcançando os surpreendentes R\$61,4 milhões em resultados acumulados.

Somos mais que números, mas esses números demonstram que estamos indo no caminho certo. Demonstram que você, Associado, acredita no que estamos aqui fazendo por você todos os dias, porque a Cooperativa é movida por você para você.

Por onde vamos carregamos um pouco de cada um de nossos associados e é por isso que vibramos muito com cada vitória.



**Sobras brutas acumuladas
por período.**

Sabemos que os resultados alcançados, foram com muito trabalho, planejamento e dedicação.

Sabemos também que ainda temos muitos desafios pela frente, mas acima de tudo, sabemos que o Sicoob Credesp tem CREDIBILIDADE e SUCESSO em seu "DNA", e isso significa que estaremos sempre em busca de novos objetivos, visando a melhoria contínua para proporcionar uma excelente experiência para cada Associado.



Alan Gabriel Rodrigues Coimbra e Silva
(Coordenador de Performance Corporativa)



Central de Relacionamento traz mais agilidade e proximidade no atendimento aos cooperados.



No dia 03 de janeiro de 2023 o Sicoob Credesp inaugurou a Central de Relacionamento. “O intuito desse novo setor é se aproximar ainda mais dos nossos associados, realizando um atendimento personalizado e rápido.

Além disso, dar mais oportunidade de negócios para a equipe de atendimento das agências”, explica a Supervisora de Relacionamento, Luísa Araújo.

A Central de Relacionamento conta com quatro colaboradores, preparados para atender os cooperados. Segundo Luísa, a Central de Relacionamento é composta por três fases:

1ª fase: centralização dos atendimentos telefônicos e WhatsApp de todas as agências.

2ª fase: relacionamento ativo (pós-venda de produtos, boas-vindas aos novos associados, dentre outros).

3ª fase: negócios (estímulo ao uso de cartão de crédito/SIPAG, oferecer aos associados produtos da cooperativa).

O consultor do projeto, Alexandre Melo, revela a satisfação dos resultados da implantação da Central: “O Cooperado pode escolher a maneira de ser atendido, seja por WhatsApp ou telefone. Além disso, com a Central de

Relacionamento, o associado espera no máximo um minuto para ser atendido”, explica.

O Presidente do Sicoob Credesp, Márcio Laine, conta quais são as boas expectativas da Central de Relacionamento em prol do Sicoob Credesp como um todo, cooperativa/cooperado:

“O associado será atendido com maior agilidade, ao tratar de suas demandas, praticamente sem tempo de espera. É o Sicoob Credesp, mais uma vez, procurando se estruturar com ferramentas tecnológicas e eficiência dos nossos colaboradores, proporcionando grandes benefícios aos seus associados”, enfatiza.

Por enquanto a Central de Relacionamento está atendendo às agências de Bom Despacho, Martinho Campos e Digital.

Em breve serão atendidas as agências de Pompéu e Belo Horizonte.



Sicoob Credesp:

sinônimo de Credibilidade e Transformação.

Projetos Voleimania e Bom na Escola, Ferinha no Esporte, recebem o Selo Instituto Sicoob

No dia 1º de dezembro de 2022, o projeto “Voleimania – Sacando para o Futuro e “Bom na Escola, Ferinha no Esporte”, conquistaram o Selo Instituto Sicoob.

O Selo Instituto Sicoob é um programa que tem o propósito de estimular e fomentar o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, através da educação, formação, cooperação e participação ativa de toda a comunidade!

O Projeto Voleimania tem o incentivo e parceria do Sicoob Credesp há mais de 10 anos. Hoje atende mais de 150 crianças e adolescentes, entre 8 e 14 anos, que aprendem técnicas de vôlei, participando de vários campeonatos em Bom Despacho e região.

Para Gelbert Delfino, profissional de Educação Física e Coordenador do Projeto: “A conquista do selo é uma forma de reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido com as famílias envolvidas no projeto.”

O Projeto Bom na Escola, Ferinha no Esporte, coordenado pelo Geraldo Magela, mais conhecido como Ladinho, conta com aproximadamente 285 crianças, entre 4 e 16 anos, que treinam e participam de campeonatos de Futsal. O Sicoob Credesp incentiva e apoia o projeto há mais de 12 anos.

“É uma emoção a conquista do Selo. O Sicoob Credesp sempre preocupado com a educação e bem-estar das crianças e jovens. O meu muito obrigado”, destaca Ladinho.

O Selo Instituto Sicoob visa reconhecer,

mapear e valorizar os projetos desenvolvidos e incentivados pelas cooperativas Sicoob, promovendo à sustentabilidade, formação de líderes e a difusão da cultura cooperativista.

Instituto Sicoob é somar forças, inspirar, conectar pessoas para transformar as realidades!



Conheça a gestão que está trabalhando para fazer a diferença!



CONSELHEIROS E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O Conselho de Administração é órgão deliberativo e tem como finalidade estabelecer as diretrizes, planos, metas e estratégias para garantir a adequada e eficaz consecução dos objetivos da Cooperativa estabelecidos no Estatuto Social e o fortalecimento do Sicoob. A gestão atual eleita para o quadriênio 2019-2022 é composta pelo Presidente Márcio Antônio Laine e os Conselheiros Fábio Teixeira Campos, Fernando de Oliveira Giordani, Guilherme Gontijo da Silva, Marcelo Bernardes Silva, Mozart Lúcio Costa e Wellington Renato Vieira.



CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é órgão responsável pela fiscalização assídua e minuciosa da administração da Cooperativa, tem como finalidade certificar que as atividades estão de acordo com o previsto no Estatuto e todas as normas legais. São associados fiscalizando para associados. A gestão atual foi eleita para o triênio 2022-2024 e é composta pelo Coordenador Rogério Cardoso da Silva e os Conselheiros Gabriel Philipe Gomes e Silva e Geraldo Antônio Pereira.

DIRETORIA EXECUTIVA



A Diretoria Executiva é o órgão social encarregado da execução dos objetivos estatutários da Cooperativa. Ela tem como finalidade cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, bem como executar planos, metas e estratégias para garantir a adequada e eficaz consecução dos objetivos estatutários da Cooperativa. A diretoria é composta pelo Diretor de Riscos e Controles-Rogério Andrade, Diretor Administrativo-Ronaldo Gontijo e Diretor de Negócios-Sávio Araújo.

Colaboradores Sicoob Credesp conquistam certificações

Parabéns a todos os nossos colaboradores que conquistaram as certificações CPA-10, CPA-20, CEA e o Programa de Certificação de Dirigentes do Sicoob Universidade! Suas conquistas são um reflexo de dedicação, empenho e capacitação, e nos deixam muito orgulhosos.

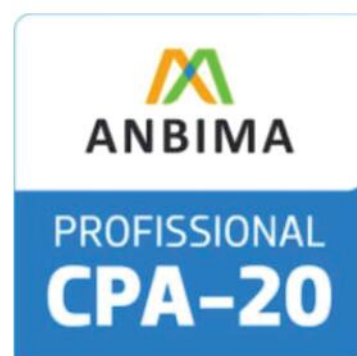
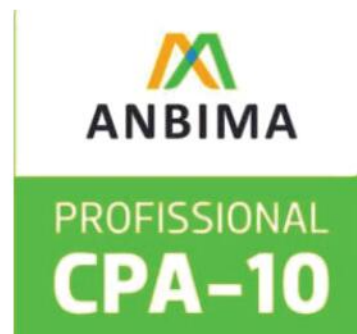
Destaque especial para Amanda, Júlia, Ester, Fábio, Luiza Beatriz, Elton, Thais, Ângela, Ludmila e Miguel, que conquistaram a CPA-10. E a nossa homenagem a Ana Paula, Jeálisson, Beatriz, Priscila, Glayson, Ricardo, Rafael, Daniel, Gabriel, Igor, Gislaine, Pedro e Lara, que adquiriram a CPA-20.

Os colaboradores Carlos Gabriel, Igor e Pedro Henrique conquistaram o CEA.

Além disso, Rogério Andrade - Diretor de Controles e Riscos - e Sávio Araújo - Diretor de Negócios, obtiveram a certificação profissional em Crédito do Sicoob Categoria CPC S100/FGV e de Dirigentes do Sicoob - Categoria Diretor/FGV, respectivamente.

Essas certificações são consideradas um passo importante para o desenvolvimento de profissionais que atuam no mercado financeiro, que buscam aprimorar suas habilidades e conhecimentos.

O Sicoob Credesp agradece a todos por fazerem parte de nossa equipe de profissionais qualificados: “quando todos avançam juntos, em busca do mesmo objetivo, o sucesso vem naturalmente”, Márcio Laine – Presidente do Sicoob Credesp.



Sicoob Credesp cria novos setores

de Marketing, Investimento Social e Governança.

O Sicoob Credesp tem o prazer de apresentar inovações em sua estrutura organizacional, com o objetivo de aprimorar a gestão da instituição e oferecer soluções econômicas e inovadoras aos seus associados.

Uma das novidades é a criação de um novo setor de Marketing, inspirada por uma equipe altamente capacitada e dedicada, com ampla experiência em design, publicidade, produção de conteúdo, organização de eventos e mídias digitais, pronta para contribuir para o sucesso das estratégias de comunicação da instituição.



Setor de Marketing - Marina, Lucas e Aluhska.



Jéssica - Investimento Social.

Além disso, também foi criado o setor de Investimento Social, para fortalecer o compromisso com projetos e ações sociais nas comunidades atendidas e seus cooperados.

Como resultado, a instituição tem a honra de ser reconhecida com o Selo Instituto Sicoob.



Fernanda Alves - Assessora de Governança

E, por fim, o Setor de Governança criado para agregar na aprimoração da gestão, reforçando a integridade e confiança nos processos.

Para Fernanda Alves, Gerente de Processos de Governança, ao destacar a governança como setor, o Sicoob Credesp deu um grande passo rumo ao futuro, vez que essa é um relevante instrumento para perenidade do negócio. Permite o desenvolvimento das atividades com mais transparência e contribui para um crescimento sustentável com o aprimoramento da participação do cooperado no processo decisório.

Assim, os novos setores vem para fortalecer a estrutura da nossa Cooperativa e levar até o Associado mais valor e serviço com transparência e credibilidade, marca construída com responsabilidade nesses 26 anos por onde passamos.

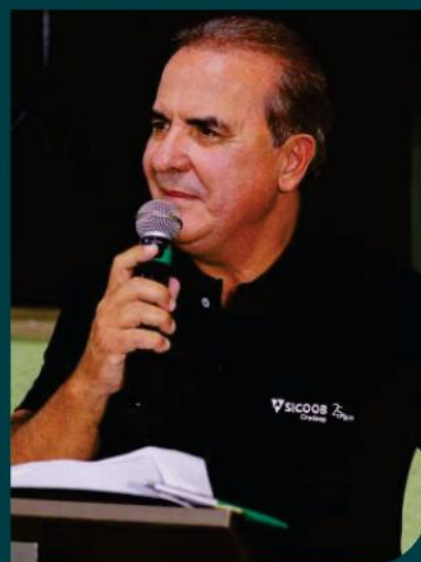
Assembleia Geral Ordinária marca os 25 anos do **Sicoob Credesp**



Aconteceu no dia 8 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária do Sicoob Credesp, que apresentou um recorde inédito em resultados financeiros, sendo mais de R\$11,7 milhões somente em 2021. Ainda foram realizados sorteios de brindes para comemorar essa conquista coletiva.

O evento também marcou o aniversário da cooperativa. Há mais de 25 anos, cooperar está em nosso DNA! Somos mais de 100 colaboradores, 01 unidade administrativa, 01 agência digital e 06 agências físicas distribuídas pela região Centro-Oeste de Minas Gerais com mais de 16.000 associados.

Por isso, graças ao empenho de toda a equipe à frente de nossos projetos e ações, promovendo o cooperativismo e preocupados em oferecer as melhores soluções financeiras aos nossos associados, vem construindo um futuro próspero, buscando



Sicoob Credesp realiza Reunião Regional de Cooperativas de Crédito no Centro-Oeste de Minas Gerais

No dia 30 de setembro de 2021 aconteceu a Reunião Regional das Cooperativas de Crédito do Sicoob Credesp, no Salão de Festas La Bluh, em Bom Despacho.

A reunião contou com a participação de diversas cooperativas, incluindo: Sicoob Ascicred – Pará de Minas, Sicoob Credrural – Pará de Minas, Sicoob LagoaCred–Lagoa da Prata, Sicoob Centro-Oeste – Itaúna, Sicoob Credinova – Nova Serrana, Sicoob Credipit–Pitangui, Sicoob Coopcredi -Dores do Indaiá, Sicoob Arconcredi – Arcos, Sicoob Saramcred – São Roque, Sicoob Divicred - Divinópolis e Sicoob Coopermec – Cláudio.

Dr. Davidson Eulino, advogado, professor, consultor e palestrante, membro da Comissão de Direito Cooperativas da OAB/MG, foi o convidado especial da vez e, de forma virtual, discorreu sobre as alterações da LC 130 - Lei Complementar 130 que garante uma modernização na gestão das cooperativas, ampliando a participação do cooperado e permitindo a realização de assembleias virtuais.

É preciso lembrar que o cooperativismo tem um papel fundamental na inclusão financeira, na manutenção e equilíbrio dos índices demográficos, contribuindo

para o surgimento de novas realidades socioeconômicas e para a geração de riqueza e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. O Sicoob Credesp é uma referência no setor cooperativista, contando com mais de 16 mil associados, 6 agências físicas e 1 digital, espalhadas pela região Centro-Oeste de Minas Gerais.



Sicoob Credesp realiza a 1ª Edição Natal Iluminado – Caixa dos Sonhos

A noite de 22 de dezembro de 2022 ficou marcada no coração dos bom-despachenses com a 1ª Edição Natal Iluminado – Caixa dos Sonhos! A iniciativa do Sicoob Credesp proporcionou à comunidade muita alegria, diversão e emoção com a tão esperada Caixa dos Sonhos e a presença do Papai Noel.

Durante o evento, teve pipoca, algodão doce, músicas natalinas e a entrega dos presentes das cartinhas selecionadas pelo bom velhinho.

O trabalho incansável dos colaboradores e de toda a diretoria foi essencial para o sucesso e a

realização do sonho de mais de 30 crianças.

O Sicoob Credesp tem orgulho de fazer parte de uma cidade que abraça e mostra tanto empenho em tornar ações de cooperação ainda mais especiais, gratidão à população pela presença e por trazer mais luz e brilho à nossa campanha.



Sicoob Credesp e VDM Acabamentos e Tintas se unem

para promover o evento Solidariedade em Ação - Futebol Beneficente, em Bom Despacho.

A equipe do Sicoob Credesp e VDM Acabamentos e Tintas provaram que a união faz a força! O último evento Solidariedade em Ação - Futebol Beneficente, promovido pelas duas instituições, reuniu diversas pessoas, que apoiaram a causa e ajudaram a tornar o Natal de muitas crianças e seus familiares mais feliz. A iniciativa teve como objetivo arrecadar brinquedos, roupas e alimentos não perecíveis.

Os donativos foram distribuídos em parceria com a Igreja Assembleia de Deus-Ministério Renascer,

para as comunidades carentes de Bom Despacho no dia 25 de dezembro de 2022, resgatando o verdadeiro sentido da data. O sucesso da campanha é uma prova de que a solidariedade ainda existe e que, juntos, podemos fazer a diferença na vida de muitas pessoas.

Parabéns a todos os envolvidos nessa ação. Com certeza, a alegria das crianças atendidas será eterna e fará com que essa campanha seja lembrada por muito tempo.



Promoção Atualiza Pra Valer premia 55 associados

das unidades de Bom Despacho, Martinho Campos, Pompéu,
Belo Horizonte e Digital.

A promoção "Atualiza Pra Valer" foi um enorme sucesso! Nossas unidades em Bom Despacho, Martinho Campos, Pompéu, Belo Horizonte e Digital proporcionaram momentos de alegria e gratidão aos nossos associados. Foram 55 sortudos contemplados com prêmios

incríveis, incluindo a associada Cintia Moreira, da Agência de Pompéu, que levou para casa uma smart TV de 43" polegadas. Agradecemos a participação de todos os associados que, com confiança e fidelidade, atualizaram o seu cadastro e cumpriram todas as regras da campanha.



Agência Centro Bom Despacho



Agência Pompéu



Agência Digital



Agência São José Bom Despacho



Agência Alípio de Melo



Agência Martinho Campos



Agência Martinho Campos



Agência Alto Barroca



Agência Alípio de Melo

Dia C em Bom Despacho celebrou o Dia Nacional do Cooperativismo com atividades para toda a comunidade

O Sicoob Credesp se orgulha de fazer parte do Dia de Cooperar, o Dia C, movimento nacional criado pelo Sistema OCEMG em 2009, que acontece anualmente, e estimula o desenvolvimento de ações de responsabilidade social voltadas para as práticas dos valores cooperativistas.

No dia 02 de julho de 2022, a cooperativa se juntou às comemorações do Dia Nacional do Cooperativismo. Um momento de celebração, reflexão e compartilhamento de boas práticas, onde os cooperados e a comunidade tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre o cooperativismo e a sua importância para a sociedade.

Com atividades para todas as faixas etárias, o evento reforçou a importância da solidariedade e do voluntariado, e como essas ações podem

transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos, além de ser um caminho possível para unir o desenvolvimento econômico e social, a produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo, fortalecendo um ciclo que traz ganhos para as pessoas, o país e o planeta.



LCI
Letra de Crédito Imobiliário

Mais uma opção de investimento!

Investindo em LCI no Sicoob Credesp, você aumenta sua participação nos resultados da cooperativa.

Quer saber mais?
Ligue para
(37) 3522-1166

SICOOB
Credesp

Percebeu algo errado?
DESLIGUE A LIGAÇÃO E NÃO PASSE NENHUM DADO!

Evite fornecer informações sensíveis, pessoais, ou dados bancários por telefone ou outros meios de comunicação.

SICOOB
Credesp

Seguro Residencial do Sicoob,
PRA TUDO FICAR BEM.

www.sicoob.com.br

SICOOB
Credesp

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

2022



SICOOB
Credesp

Relatório da Administração

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO DO CENTRO OESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB CREDESP

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB CREDESP.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CREDESP é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Conheça um pouco do nosso Conselho de Administração e Diretoria:

Conselho de Administração:

Fábio Teixeira Campos
Fernando de Oliveira Giordani
Guilherme Gontijo da Silva
Marcelo Bernardes Silva

Mozart Lúcio Costa
Márcio Antônio Laine - Presidente
Wellington Renato Vieira

Diretoria Executiva:

Ronaldo Tavares Gontijo Diretor Administrativo
Rogério Heitor Andrade Diretor de Riscos e Controles
Sávio Ribeiro Araújo Diretor de Negócios

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, assim, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 92% _

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECREMGE e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB CREDESP registrou o total de 19 (dezenove) chamados de auditoria sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente ao atendimento. Das reclamações, 10 (dez) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Sobras ou Perdas do Exercício - antes da destinação e dos Juros ao Capital	6,79%	13.070.065,54	12.238.955,70
Patrimônio Líquido	29,04%	47.701.349,96	36.966.758,87
Ativos	13,87%	341.776.548,57	300.148.926,54
Depósitos na Centralização Financeira	22,03%	87.537.786,54	71.735.796,45

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	9,25%	16.064	14.704

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Comercial	10,61%	246.442.681,71	222.798.483,59

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 28,26% da carteira, no montante de R\$ 69.622.729,59.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	5,64%	67.344.017,17	63.747.682,49
Depósitos a prazo	26,70%	182.358.640,56	143.924.704,89
Total	22,89%	249.702.657,73	207.672.387,38

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 28% da captação, no montante de R\$ 68.965.565,71.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
	28,45	45.151.608,21	35.151.223,54

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

BOM DESPACHO-MG, 31 de janeiro de 2023.

Fábio Teixeira Campos
Conselheiro de Administração

Fernando de Oliveira Giordani
Conselheiro de Administração

Guilherme Gontijo da Silva
Conselheiro de Administração

Marcelo Bernardes Silva
Conselheiro de Administração

Mozart Lúcio Costa
Conselheiro de Administração

Márcio Antônio Laine
Presidente Conselho Administração

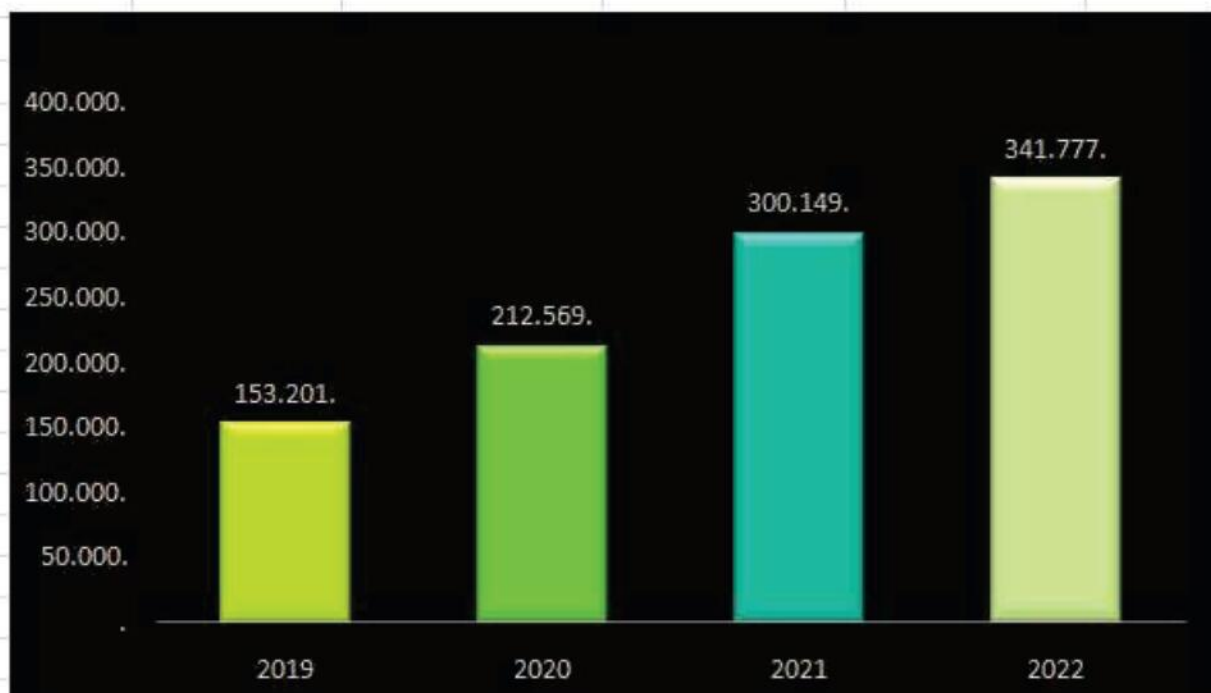
Wellington Renato Vieira
Conselheiro de Administração

Relatório anual

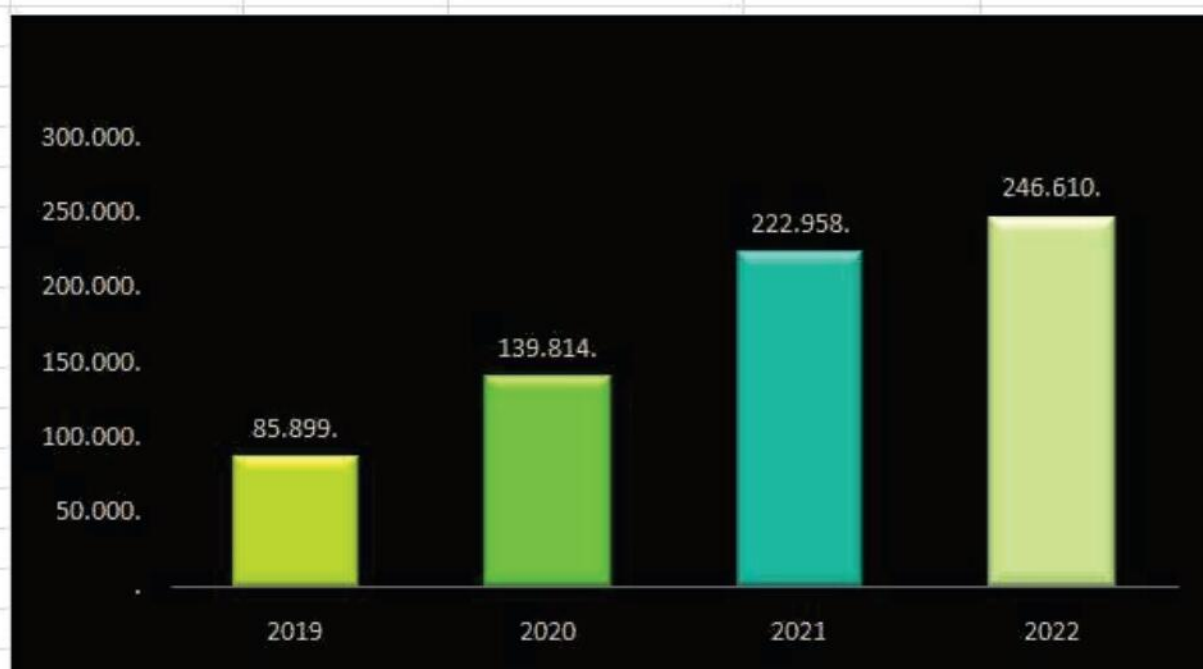


2022

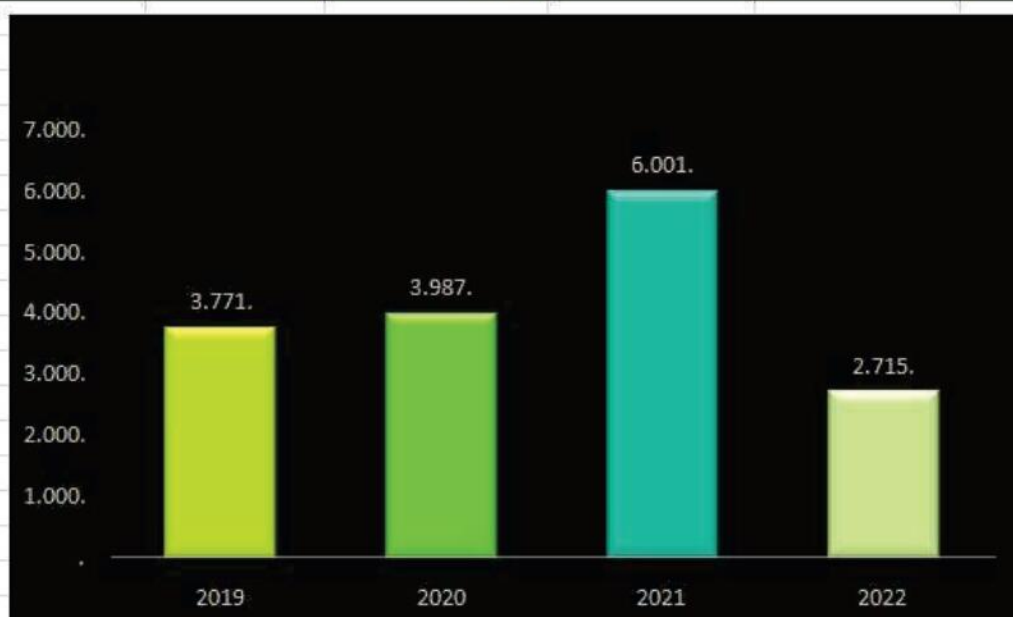
ANO	ATIVO // ANUAL					
2019			153.201.			
2020			212.569.			
2021			300.149.			
2022			341.777.			
TOTAL			1.007.695.			



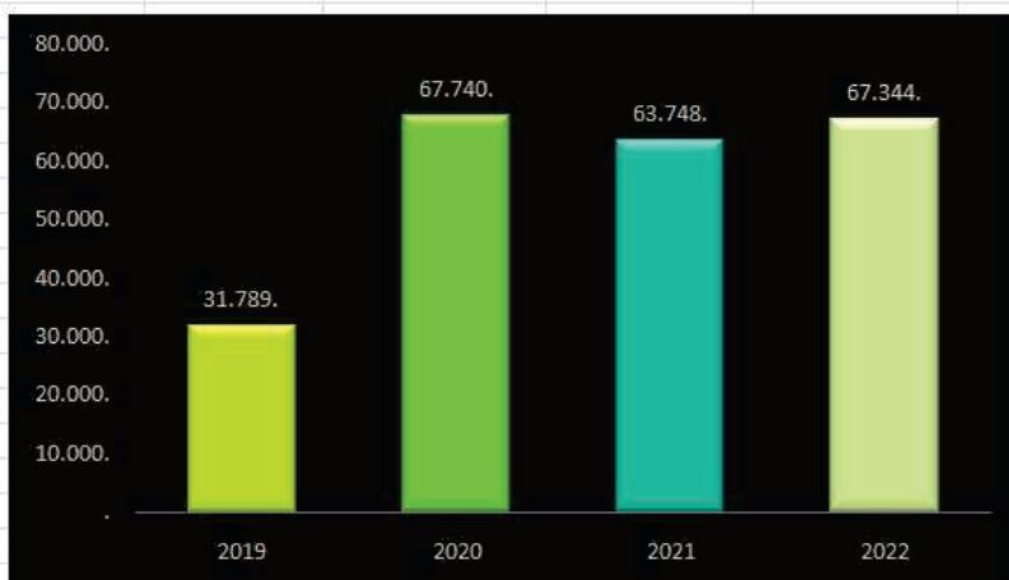
ANO	CARTEIRA DE CREDITO //ANUAL - 3.1.0.00.00-0 CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS					
2019			85.899.			
2020			139.814.			
2021			222.958.			
2022			246.610.			
TOTAL			695.281.			



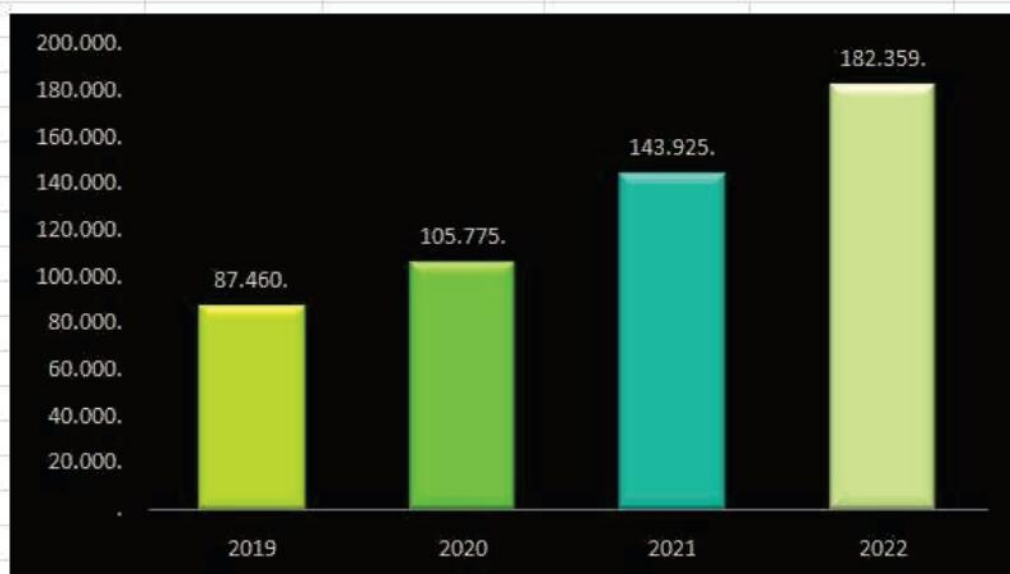
ANO	PERMANENTE // ANUAL: 2.0.0.00.00-4					
2019			3.771.			
2020			3.987.			
2021			6.001.			
2022			2.715.			
TOTAL			16.474.			



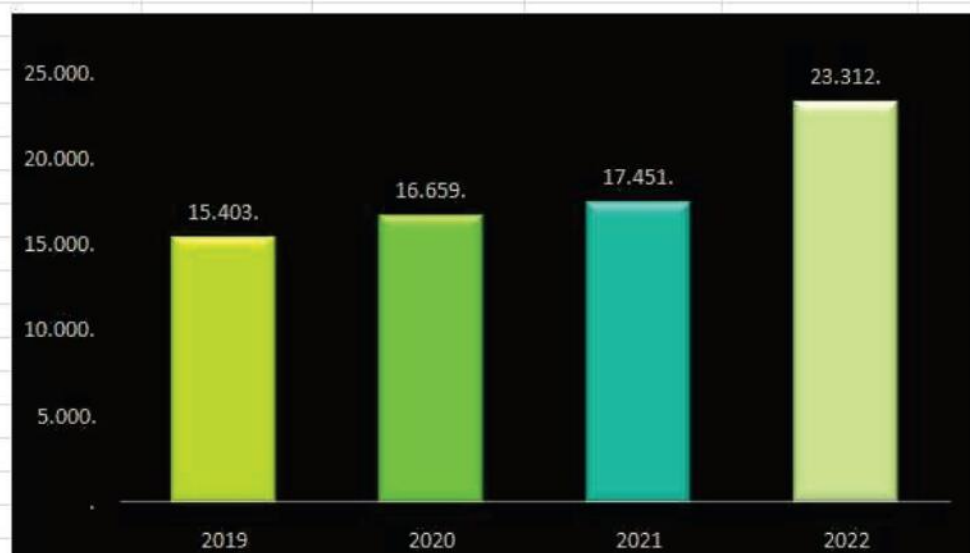
ANO	DEPÓSITO À VISTA - ANUAL: 4.1.1.00.00-0					
2019			31.789.			
2020			67.740.			
2021			63.748.			
2022			67.344.			
TOTAL			230.621.			



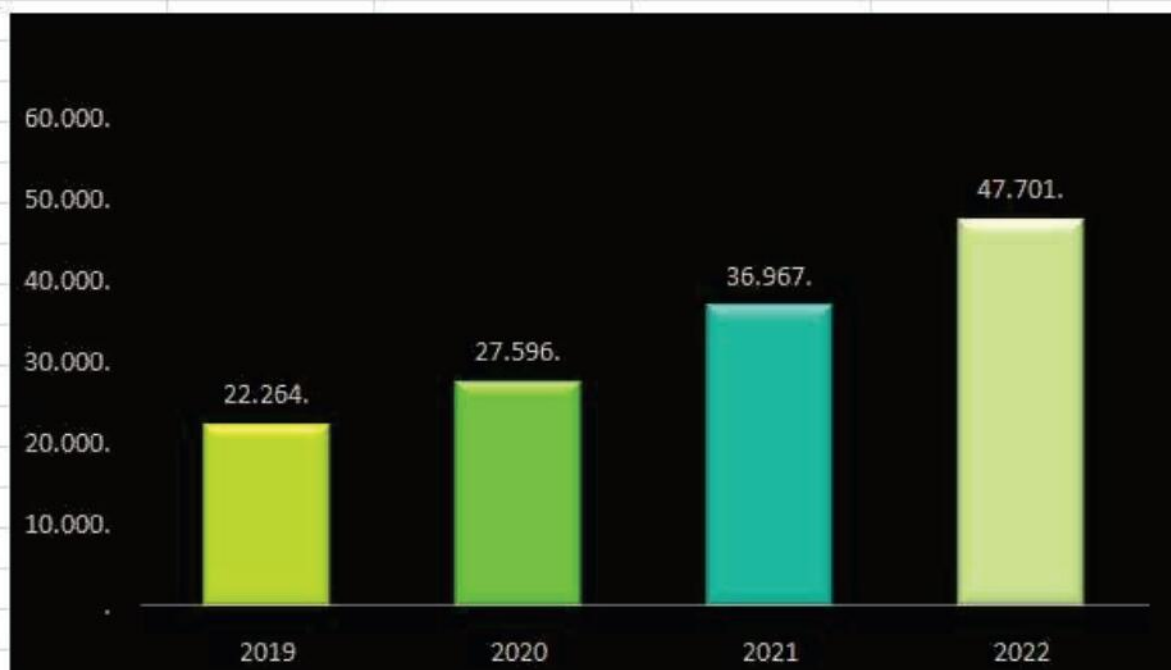
ANO	DEPÓSITO A PRAZO // ANUAL: 4.1.5.00.00-2				
2019			87.460.		
2020			105.775.		
2021			143.925.		
2022			182.359.		
TOTAL			519.519.		



ANO	CAPITAL SOCIAL // ANUAL: 6.1.1.00.00-4				
2019			15.403.		
2020			16.659.		
2021			17.451.		
2022			23.312.		
TOTAL			72.824.		



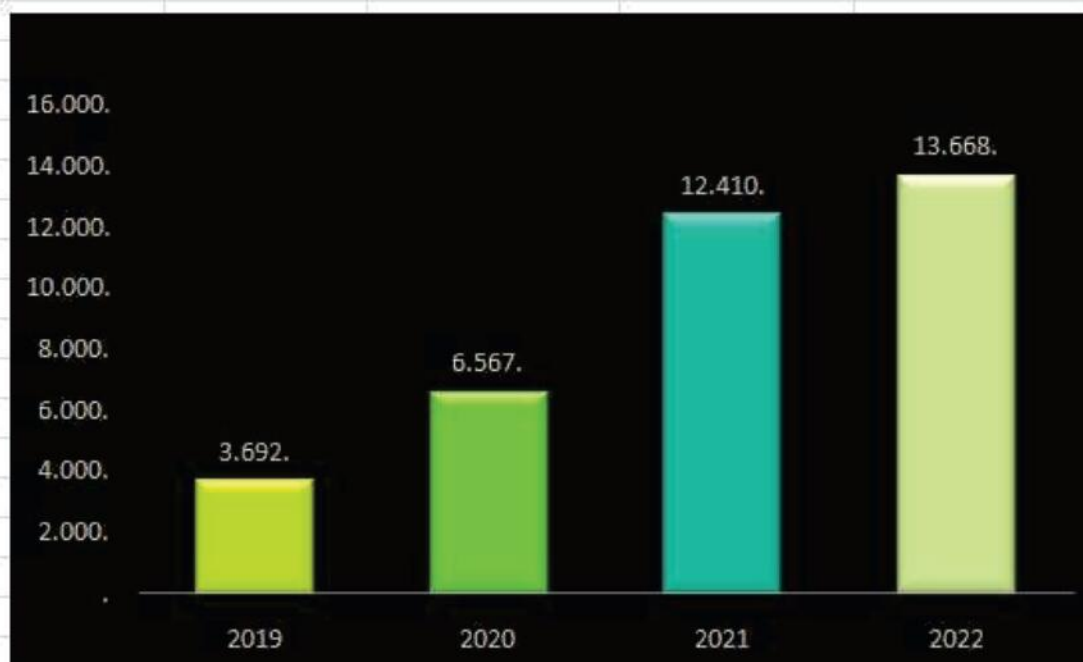
ANO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO // ANUAL: 6.0.0.00.00-2 - RESULTADO APURADO					
2019			22.264.			
2020			27.596.			
2021			36.967.			
2022			47.701.			
TOTAL			134.529.			



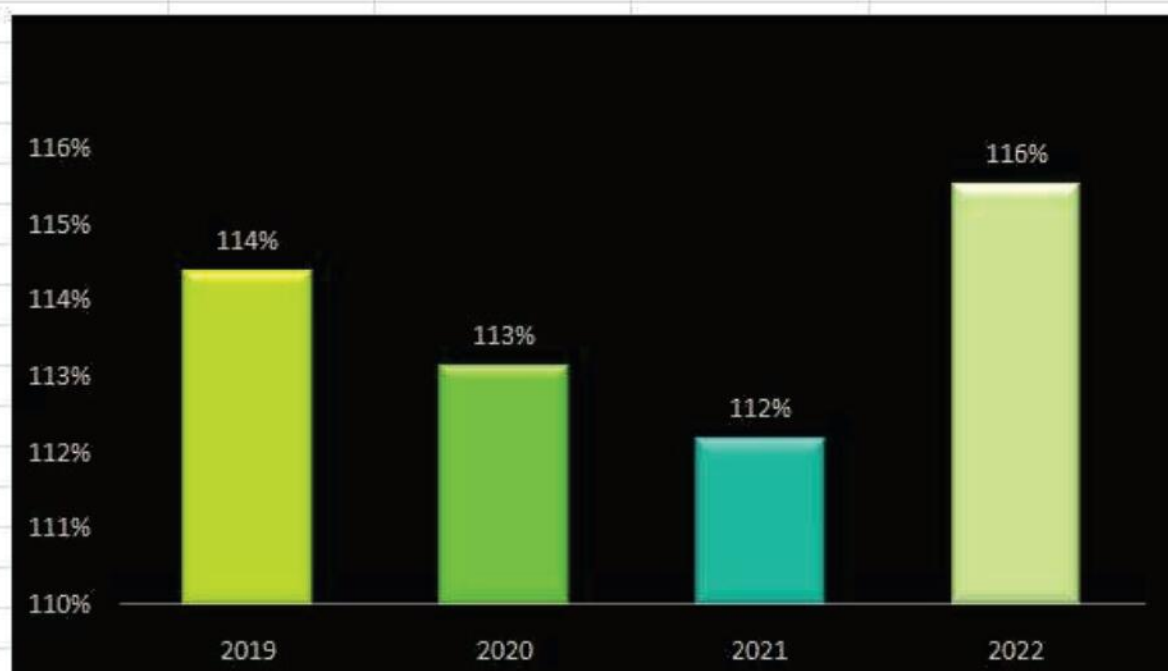
GANHO SOCIAL DO COOPERADO

PRODUTOS	VALOR ECONOMIZADO NO PERÍODO
Juros de Operação de Crédito	28.133.515,00
Tarifas	7.272.671,00
Consórcio	23.159,00
Maquininha - SIPAG	5.009.774,00
TOTAL	40.439.119,00
Cooperados Ativos	12.232
Economia por Cooperado	3.306,01

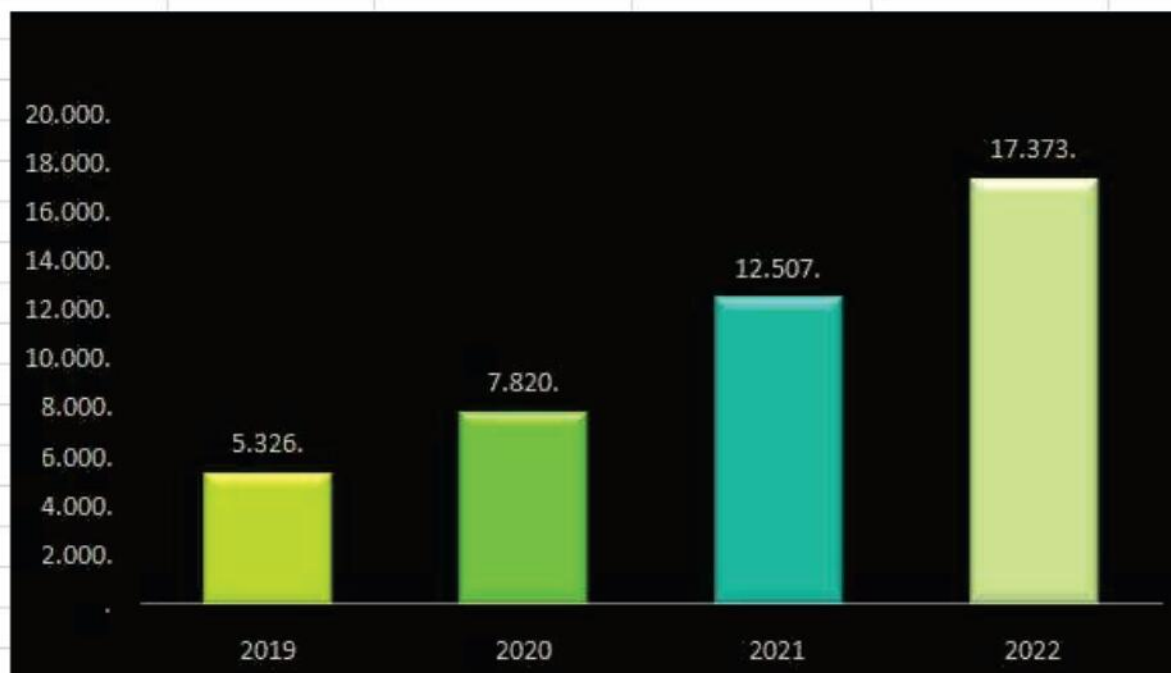
ANO	SOBRAS BRUTAS // ANUAL				
2019			3.692.		
2020			6.567.		
2021			12.410.		
2022			13.668.		
TOTAL			36.337.		



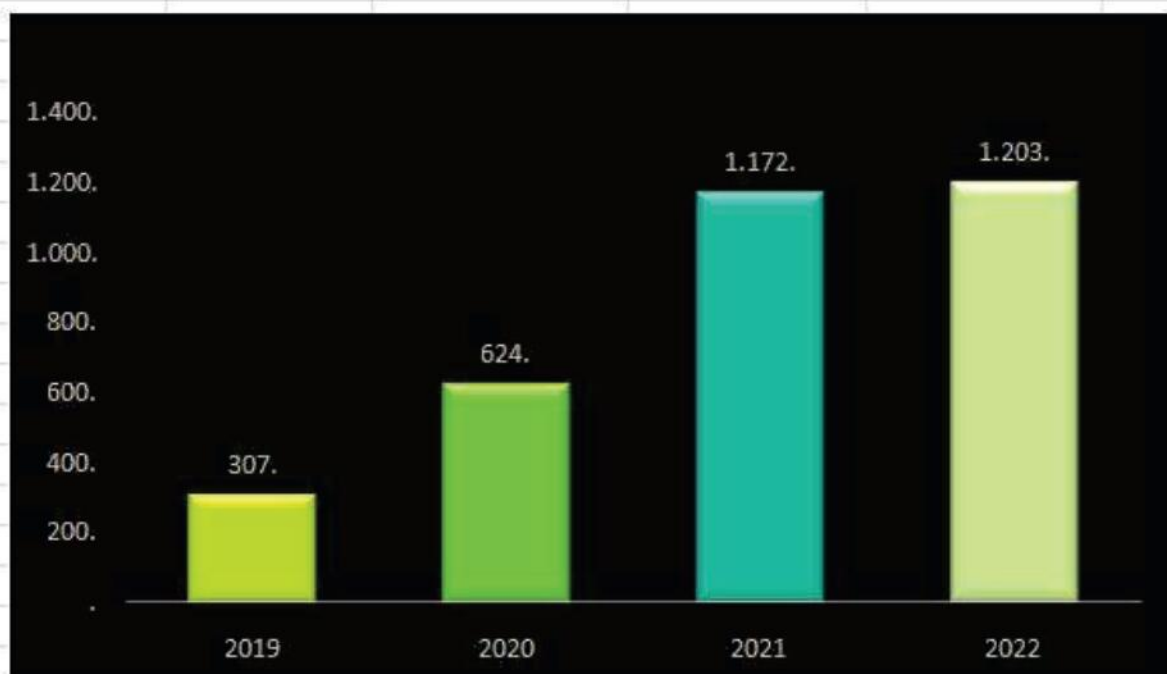
ANO	ÍNDICE LIQUIDEZ GERAL				
2019			114%		
2020			113%		
2021			112%		
2022			116%		
TOTAL			.		



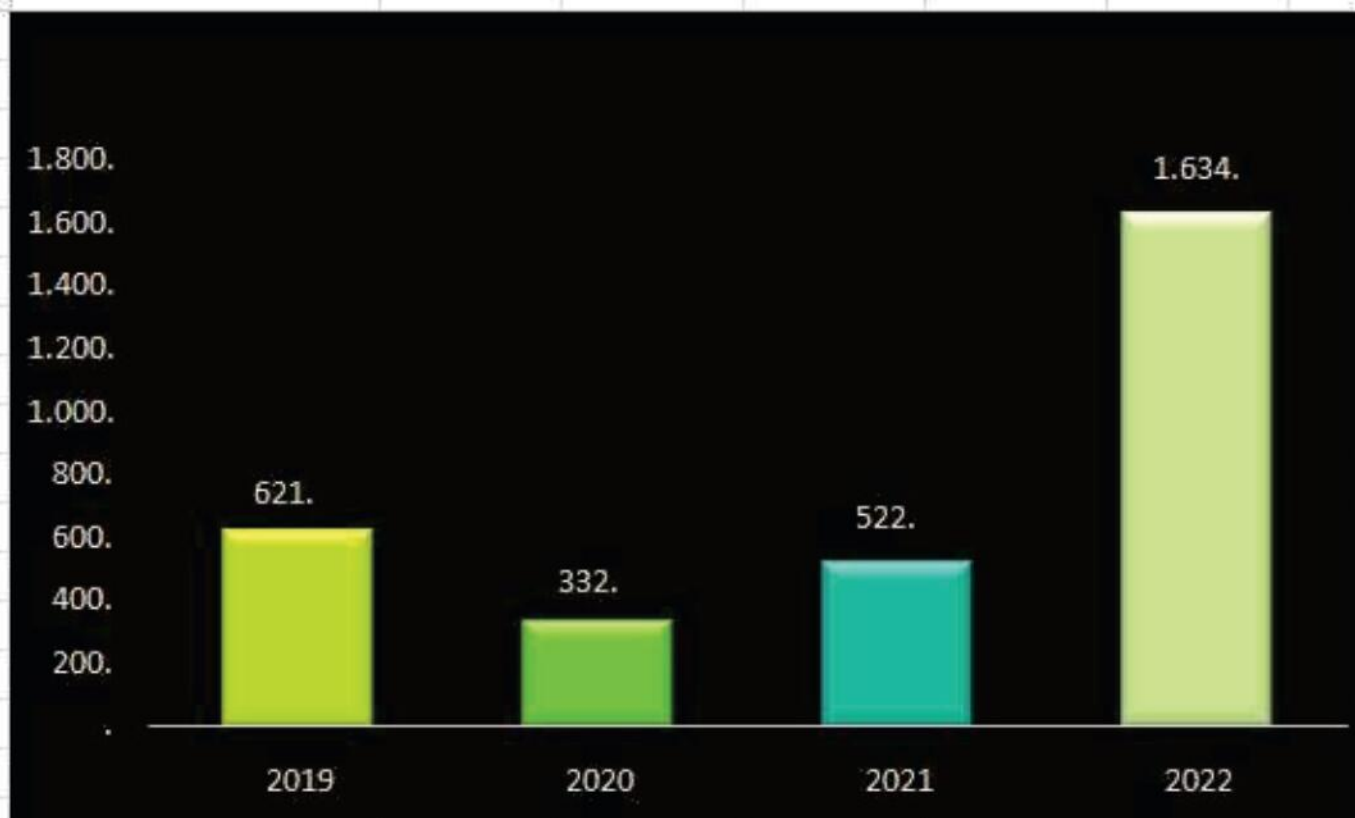
ANO	RESERVA LEGAL // ANUAL: 6.1.5.00.00-6				
2019			5.326.		
2020			7.820.		
2021			12.507.		
2022			17.373.		
TOTAL			43.026.		



ANO	FATES // ANUAL:				
2019			307.		
2020			624.		
2021			1.172.		
2022			1.203.		
TOTAL			3.306.		

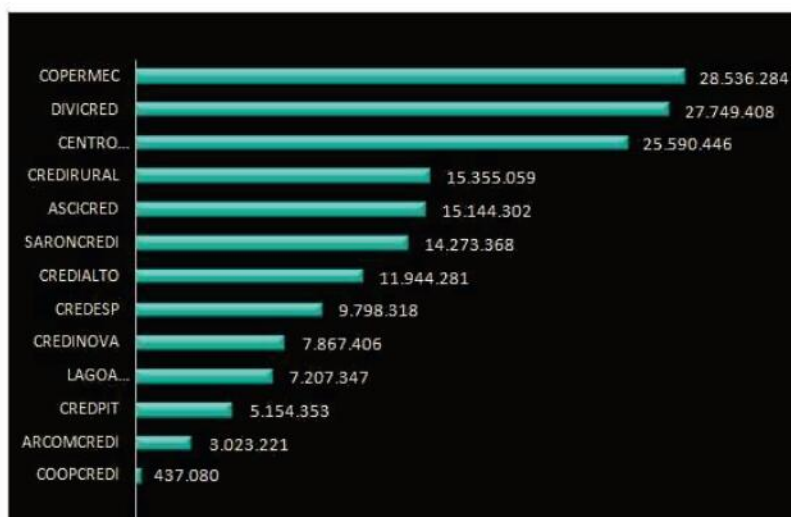


ANO	JUROS AO CAPITAL
2019	621
2020	332
2021	522
2022	1.634
TOTAL	3.110.266,08

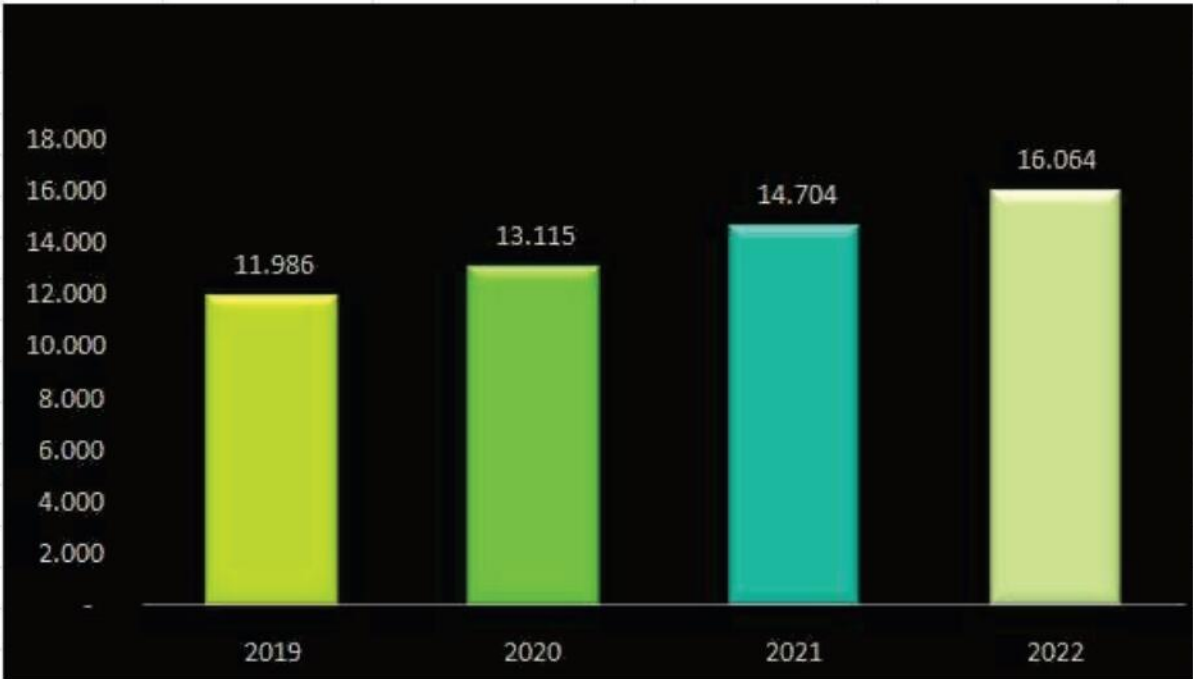


SOBRAS COOPERATIVAS

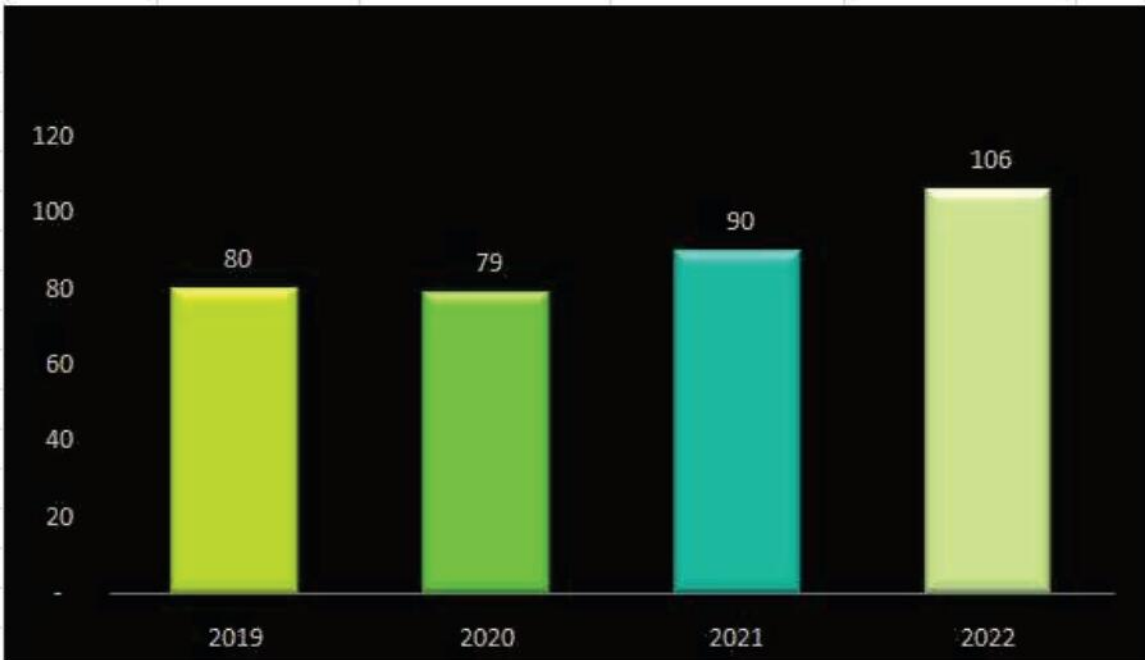
	CNPJ	RESULTADO
COOPCREDI	2.254.376	437.080
ARCOMCREDI	71.230.338	3.023.221
CREDPIT	4.181.542	5.154.353
LAGOA GERAIS	1.739.375	7.207.347
CREDINOVA	1.667.766	7.867.406
CREDESP	1.703.620	9.798.318
CREDIALTO	41.805.003	11.944.281
SARONCREDI	66.402.207	14.273.368
ASCICRED	1.009.908	15.144.302
CREDIRURAL	25.387.713	15.355.059
CENTRO OESTE	66.463.407	25.590.446
DIVICRED	1.736.516	27.749.408
COPERMEC	2.232.383	28.536.284



ANO	Associados				
2019			11.986		
2020			13.115		
2021			14.704		
2022			16.064		
TOTAL					



ANO	Funcionários				
2019			80		
2020			79		
2021			90		
2022			106		
TOTAL					



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO DO CENTRO OESTE DE MINAS LTDA.

SICOOB CREDESP
CNPJ: 01.703.620/0001-50
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		341.776.548,57	300.148.926,54
DISPONIBILIDADES	4	5.583.542,64	3.289.316,61
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		340.698.403,18	296.208.654,95
Títulos e Valores Mobiliários	5	4.447.310,92	-
Relações Interfinanceiras	4	87.537.786,54	71.735.796,45
Centralização Financeira		87.537.786,54	71.735.796,45
Operações de Crédito	6	246.442.681,71	222.798.483,59
Outros Ativos Financeiros	7	2.270.624,01	1.674.374,91
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(8.377.212,60)	(6.421.790,35)
(-) Operações de Crédito	6	(8.269.351,43)	(6.342.672,14)
(-) Outras	7.1	(107.861,17)	(79.118,21)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	192.349,92	-
OUTROS ATIVOS	9	964.058,76	1.072.235,60
INVESTIMENTOS	10	-	3.165.236,40
IMOBILIZADO DE USO	11	5.085.903,29	4.743.569,00
INTANGÍVEL	12	110.808,33	101.559,33
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(2.481.304,95)	(2.009.855,00)
TOTAL DO ATIVO		341.776.548,57	300.148.926,54
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		341.776.548,57	300.148.926,54
DEPÓSITOS	13	249.702.657,73	207.672.387,38
Depósitos à Vista		67.344.017,17	63.747.682,49
Depósitos a Prazo		182.358.640,56	143.924.704,89
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		36.000.547,18	47.829.265,41
Relações Interfinanceiras		-	257.116,15
Repasse Interfinanceiros	14	-	255.930,82
Outras Relações Interfinanceiras	15	-	1.185,33
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	33.293.883,70	44.194.690,91
Outros Passivos Financeiros	16	2.706.663,48	3.377.458,35
PROVISÕES	17	1.135.963,38	1.190.514,44
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	513.780,65	503.485,08
OUTROS PASSIVOS	19	6.722.249,67	5.986.515,36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	47.701.349,96	36.966.758,87
CAPITAL SOCIAL		23.311.844,91	17.450.565,85
RESERVAS DE SOBRAS		17.372.749,59	12.506.767,16
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.016.755,46	7.009.425,86
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		341.776.548,57	300.148.926,54

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO DO CENTRO OESTE DE MINAS LTDA.

SICOOB CREDESP

CNPJ: 01.703.620/0001-50

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		30.375.218,13	55.905.027,62	30.844.738,71
Operações de Crédito	22	23.572.570,54	44.675.256,79	27.505.284,44
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	6.802.647,59	11.229.770,83	3.339.454,27
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(17.145.035,83)	(31.837.450,34)	(9.959.819,02)
Operações de Captação no Mercado	13.d	(13.217.978,05)	(22.162.433,66)	(5.827.957,87)
Operações de Empréstimos e Repasses	14.c	(3.147.500,42)	(6.453.417,31)	(1.826.359,38)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(779.557,36)	(3.221.599,37)	(2.305.501,77)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		13.230.182,30	24.067.577,28	20.884.919,69
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(5.581.011,68)	(11.128.978,62)	(8.300.144,28)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	2.842.612,89	5.445.634,14	4.741.726,37
Rendas de Tarifas	25	1.304.261,64	2.455.005,10	1.989.940,22
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(5.467.845,12)	(10.800.700,32)	(9.027.530,02)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(4.445.867,92)	(8.527.917,92)	(6.715.923,60)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(128.225,94)	(326.245,02)	(382.258,28)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	918.037,02	1.765.945,80	1.629.651,08
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(603.984,25)	(1.140.700,40)	(535.750,05)
PROVISÕES	31	(45.112,23)	72.786,09	(101.508,04)
Provisões/Reversões para Contingências		-	-	(103.880,00)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(45.112,23)	72.786,09	2.371,96
RESULTADO OPERACIONAL		7.604.058,39	13.011.384,75	12.483.267,37
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	54.822,79	58.680,81	(8.499,18)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		7.658.881,18	13.070.065,56	12.474.768,19
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		89.197,00	(0,02)	(235.812,49)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		57.909,40	(0,01)	(127.297,75)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		31.287,60	(0,01)	(108.514,74)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		7.748.078,18	13.070.065,54	12.238.955,70
JUROS AO CAPITAL		(1.634.268,79)	(1.634.268,79)	(522.469,06)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		6.113.809,39	11.435.796,75	11.716.486,64

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO DO CENTRO OESTE DE MINAS LTDA.
SICOOB CREDESP
CNPJ: 01.703.620/0001-50
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR
Saldos em 31/12/2020	16.672.644,77	-13.912,50
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:		
Constituição de Reservas	0,00	0,00
Distribuição de sobras para associados	533.184,27	0,00
Movimentação de Capital:		
Por Subscrição/Realização	315.726,19	4.350,00
Por Devolução (-)	-574.433,99	0,00
Reversão/Realização de Reservas	0,00	0,00
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:		
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	513.007,11	0,00
Destinações das Sobras do Período:		
Fundo de Reserva	0,00	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00
Saldos em 31/12/2021	17.460.128,35	-9.562,50

Saldos em 31/12/2021	17.460.128,35	-9.562,50
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:		
Constituição de Reservas	0,00	0,00
Distribuição de sobras para associados	5.948.752,26	0,00
Outros Eventos/Reservas	0,00	0,00
Movimentação de Capital:		
Por Subscrição/Realização	-1.200.810,61	6.200,00
Por Devolução (-)	-489.970,86	0,00
Reversão/Realização de Reservas	0,00	0,00
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:		
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.597.108,27	0,00
Destinações das Sobras do Período:		

Fundo de Reserva	0,00	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00
Saldos em 31/12/2022	23.315.207,41	-3.362,50

Saldos em 30/06/2022	21.821.822,38	-9.762,50
Outros Eventos/Reservas	0,00	0,00
Movimentação de Capital:		
Por Subscrição/Realização	136.910,27	6.400,00
Por Devolução (-)	-240.633,51	0,00
Reversão/Realização de Reservas	0,00	0,00
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:		
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.597.108,27	0,00
Destinações das Sobras do Período:		
Fundo de Reserva	0,00	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00
Saldos em 31/12/2022	23.315.207,41	-3.362,50

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
7.820.172,50	0,00	3.117.585,67	27.596.490,44

0,00	980.000,00	-980.000,00	0,00
------	------------	-------------	------

0,00	0,00	-2.137.585,67	-1.604.401,40
------	------	---------------	---------------

0,00	0,00	0,00	320.076,19
------	------	------	------------

0,00	0,00	0,00	-574.433,99
------	------	------	-------------

0,00	-980.000,00	980.000,00	0,00
-------------	--------------------	-------------------	-------------

0,00	0,00	171.182,54	171.182,54
-------------	-------------	-------------------	-------------------

0,00	0,00	12.238.955,70	12.238.955,70
-------------	-------------	----------------------	----------------------

0,00	0,00	-522.469,06	-522.469,06
------	------	-------------	-------------

0,00	0,00	0,00	513.007,11
------	------	------	------------

4.686.594,66	0,00	-4.686.594,66	0,00
--------------	------	---------------	------

0,00	0,00	-1.171.648,66	-1.171.648,66
------	------	---------------	---------------

12.506.767,16	0,00	7.009.425,86	36.966.758,87
----------------------	-------------	---------------------	----------------------

12.506.767,16	0,00	7.009.425,86	36.966.758,87
----------------------	-------------	---------------------	----------------------

0,00	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00
------	--------------	---------------	------

0,00	0,00	-6.009.425,86	-60.673,60
------	------	---------------	------------

52.578,07	0,00	0,00	52.578,07
------------------	-------------	-------------	------------------

0,00	0,00	0,00	-1.194.610,61
------	------	------	---------------

0,00	0,00	0,00	-489.970,86
------	------	------	-------------

0,00	-1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
-------------	----------------------	---------------------	-------------

0,00	0,00	597.714,16	597.714,16
-------------	-------------	-------------------	-------------------

0,00	0,00	13.070.065,54	13.070.065,54
-------------	-------------	----------------------	----------------------

0,00	0,00	-1.634.268,79	-1.634.268,79
------	------	---------------	---------------

0,00	0,00	0,00	1.597.108,27
------	------	------	--------------

4.813.404,36	0,00	-4.813.404,36	0,00
0,00	0,00	-1.203.351,09	-1.203.351,09
17.372.749,59	0,00	7.016.755,46	47.701.349,96

12.506.767,16	1.000.000,00	5.321.987,36	40.640.814,40
52.578,07	0,00	0,00	52.578,07
0,00	0,00	0,00	143.310,27
0,00	0,00	0,00	-240.633,51
0,00	-1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
0,00	0,00	597.714,16	597.714,16
0,00	0,00	7.748.078,18	7.748.078,18
0,00	0,00	-1.634.268,79	-1.634.268,79
0,00	0,00	0,00	1.597.108,27
4.813.404,36	0,00	-4.813.404,36	0,00
0,00	0,00	-1.203.351,09	-1.203.351,09
17.372.749,59	0,00	7.016.755,46	47.701.349,96

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO DO CENTRO OESTE DE MINAS LTDA.

SICOOB CREDESP

CNPJ: 01.703.620/0001-50

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	7.658.881,18	13.070.065,56	12.474.768,19
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(37.340,97)	(64.372,39)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	779.557,36	3.221.599,37	2.305.501,77
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	45.112,23	(72.786,09)	(2.371,96)
Provisões/Reversões para Contingências	-	-	103.880,00
Depreciações e Amortizações	269.794,68	535.908,89	368.386,55
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	8.753.345,45	16.717.446,76	15.185.792,16
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	(36.497,63)	(1.282.074,52)	-
Relações Interfinanceiras	3.231,86	-	-
Operações de Crédito	(4.052.949,79)	(24.784.278,63)	(83.456.323,05)
Outros Ativos Financeiros	(354.954,31)	(722.345,71)	(785.041,83)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(192.349,92)	(192.349,92)	100.358,85
Outros Ativos	219.956,36	108.176,84	975.616,50
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista	7.137.294,89	3.596.334,68	(3.992.443,58)
Depósitos a Prazo	18.327.953,16	38.433.935,67	38.149.384,35
Relações Interfinanceiras	(1.082.876,69)	(257.116,15)	(1.077.885,24)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(26.752.177,17)	(10.900.807,21)	44.194.690,91
Outros Passivos Financeiros	2.515.522,59	(670.794,87)	(1.429.621,77)
Provisões	7.676,84	18.235,03	7.819,42
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	173.992,78	61.088,96	(18.097,83)
Outros Passivos	(947.729,25)	(898.534,48)	1.705.691,32
FATES - Atos Cooperativos	(1.203.351,09)	(1.203.351,09)	(1.171.648,66)
Imposto de Renda Pago	50.688,19	(12.568,52)	(114.729,24)
Contribuição Social Pago	25.815,46	(38.224,89)	(74.650,26)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.592.591,73	17.972.771,95	8.198.912,05
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos	-	37.340,97	-
Distribuição de Sobras da Central Recebidos	-	-	64.372,39
Aquisição de Intangível	(129.409,45)	(250.188,09)	(183.511,96)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(56.062,14)	(165.854,14)	(1.617.879,91)
Aquisição de Investimentos	-	-	(580.715,90)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(185.471,59)	(378.701,26)	(2.317.735,38)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	143.310,27	(1.194.610,61)	320.076,19
Devolução de Capital à Cooperados	(240.633,51)	(489.970,86)	(574.433,99)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	-	(60.673,60)	(1.604.401,40)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.597.108,27	1.597.108,27	513.007,11

Reversão/Realização de Fundos	597.714,16	597.714,16	171.182,54
Outros Eventos/Reservas	52.578,07	52.578,07	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	2.150.077,26	502.145,43	(1.174.569,55)
 AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	 4.557.197,40	 18.096.216,12	 4.706.607,12
 Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	88.564.131,78	75.025.113,06	70.318.505,64
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	93.121.329,18	93.121.329,18	75.025.113,06
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.557.197,40	18.096.216,12	4.706.607,42

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO DO CENTRO OESTE DE MINAS LTDA.

SICOOB CREDESP

CNPJ: 01.703.620/0001-50

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	7.748.078,18	13.070.065,54	12.238.955,70
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	7.748.078,18	13.070.065,54	12.238.955,70

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO DO CENTRO OESTE DE
MINAS LTDA. - SICOOB CREDESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO DO CENTRO OESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB CREDESP**, doravante denominado **SICOOB CREDESP**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **28/01/1997**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDESP, sediado à **RUA FAUSTINO TEIXEIRA, N° 60, CENTRO, BOM DESPACHO - MG**, possui 6 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BOM DESPACHO - MG, MARTINHO CAMPOS - MG, POMPEU MG e BELO HORIZONTE - MG.

O SICOOB CREDESP tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional* - CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional* - COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01,

02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em **31/01/2023**.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a recepção do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificado de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a

operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO DO CENTRO OESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB CREDESP contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).
A classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação

por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos (se aplicável)

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (...), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

A partir de julho de 2022 a Cooperativa passou a fazer a dedutibilidade das sobras destinadas ao Fundo de Reserva e ao FATES da base de cálculo do PIS e COFINS, portanto não ocorrendo o recolhimento desses tributos conforme CCI -841/2021 do CCS.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo exceto outros valores e bens for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por ____, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDESP opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

..... -base das demonstrações financeiras; e

..... -base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	5.583.542,64	3.289.316,61
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a) Nota 34.2 (a)	87.537.786,54	71.735.796,45
TOTAL	93.121.329,18	75.025.113,06

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro

..... spectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira - Nota 34.2 (b)	6.802.647,59	11.229.770,83	3.339.454,27

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação em Cooperativa Central de Crédito - Nota 34.2 (a)	0,00	4.066.343,48	0,00	0,00
Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito	0,00	380.967,44	0,00	0,00
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS (a)	0,00	4.447.310,92	0,00	0,00

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº

4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	141.459.273,63	90.895.150,41	232.354.424,04	119.273.407,21	89.478.764,81	208.752.172,02
Financiamentos	5.761.196,02	8.327.061,65	14.088.257,67	5.200.959,53	8.845.352,04	14.046.311,57
Total de Operações de Crédito	147.220.469,65	99.222.212,06	246.442.681,71	124.474.366,74	98.324.116,85	222.798.483,59
(-) Provisões para Operações de Crédito	(4.125.726,79)	(4.143.624,64)	(8.269.351,43)	(3.442.420,33)	(2.900.251,81)	(6.342.672,14)
TOTAL	143.094.742,86	95.078.587,42	238.173.330,28	121.031.946,41	95.423.865,04	216.455.811,45

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	3.566.073,38	810.994,37	4.377.067,75		4.058.300,59	
A	0,5%	Normal	68.200.269,10	2.649.715,26	70.849.984,36	(354.249,92)	62.177.930,64	(310.889,65)
B	1%	Normal	66.156.814,81	5.296.869,10	71.453.683,91	(714.536,84)	65.475.527,02	(654.755,27)
B	1%	Vencidas	126.623,06	0,00	126.623,06	(1.266,23)	137.610,02	(1.376,10)
C	3%	Normal	75.541.535,26	4.821.150,00	80.362.685,26	(2.410.880,56)	75.744.331,52	(2.272.329,95)
C	3%	Vencidas	865.103,23	12.308,09	877.411,32	(26.322,34)	222.455,15	(6.673,65)
D	10%	Normal	8.612.525,73	336.355,86	8.948.881,59	(894.888,16)	10.658.371,93	(1.065.837,19)
D	10%	Vencidas	1.128.862,97	70.383,68	1.199.246,65	(119.924,67)	372.952,64	(37.295,26)
E	30%	Normal	3.569.892,79	42.331,76	3.612.224,55	(1.083.667,37)	842.728,98	(252.818,69)
E	30%	Vencidas	1.537.300,59	0,00	1.537.300,59	(461.190,18)	1.223.187,88	(366.956,36)
F	50%	Normal	618.669,84	0,00	618.669,84	(309.334,92)	387.717,42	(193.858,71)
F	50%	Vencidas	849.811,44	0,00	849.811,44	(424.905,72)	466.067,24	(233.033,62)
G	70%	Normal	335.405,92	0,00	335.405,92	(234.784,14)	46.019,59	(32.213,71)
G	70%	Vencidas	200.954,96	0,00	200.954,96	(140.668,47)	235.500,66	(164.850,46)
H	100%	Normal	569.191,50	0,00	569.192,90	(569.191,50)	161.740,44	(161.740,44)
H	100%	Vencidas	475.389,46	48.149,55	523.539,01	(523.540,41)	588.041,87	(588.043,08)
Total Normal			227.170.378,33	13.957.416,35	241.127.794,68	(6.571.533,41)	219.552.668,13	(4.944.443,61)
Total Vencidos			5.184.045,71	130.841,32	5.314.887,03	(1.697.818,02)	3.245.815,46	(1.398.228,53)
Total Geral			232.354.424,04	14.088.257,67	246.442.681,71	(8.269.351,43)	222.798.483,59	(6.342.672,14)
Provisões			(7.956.607,39)	(312.744,04)	(8.269.351,43)		(6.342.672,14)	
Total Líquido			224.397.816,65	13.775.513,63	238.173.330,28		216.455.811,45	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	59.425.974,10	82.033.299,53	90.895.150,41	232.354.424,04
Financiamentos	1.505.575,18	4.255.620,84	8.327.061,65	14.088.257,67
TOTAL	60.931.549,28	86.288.920,37	99.222.212,06	246.442.681,71

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	22.702.828,17	563.777,49	23.266.605,66	9,44%
Setor Privado - Indústria	31.727.302,38	768.913,97	32.496.216,35	13,19%
Setor Privado - Serviços	138.163.517,12	8.912.696,03	147.076.213,15	59,68%
Pessoa Física	37.619.267,48	3.733.412,60	41.352.680,08	16,78%
Outros	2.141.508,89	109.457,58	2.250.966,47	0,91%
TOTAL	232.354.424,04	14.088.257,67	246.442.681,71	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	6.342.672,14	4.573.271,70
Constituições/Reversões no período	3.192.885,50	2.241.199,99
Transferência para prejuízo no período	-1.266.207,61	-471.799,55
Saldo Final	8.269.350,03	6.342.672,14

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	6.035.758,80	2,45%	6.697.578,16	3,01%
10 Maiores Devedores	42.910.099,25	17,42%	49.019.768,57	22,01%
50 Maiores Devedores	118.755.683,79	48,20%	119.379.879,67	53,60%
TOTAL	246.385.262,55	100%	222.740.820,51	100%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	5.649.145,72	5.738.932,42
Valor das operações transferidas no período	1.266.207,61	471.799,55
Valor das operações recuperadas no período	-872.986,78	-561.586,25
Valor das operações renegociadas no período	-121.253,22	0,00
Saldo Final	5.921.113,33	5.649.145,72

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	146.168,49	0,00	116.230,31	0,00
Rendas a Receber (b)	1.329.802,70	0,00	806.994,32	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	21.448,14	0,00	24.383,12	19.192,56
Títulos e Créditos a Receber (d)	116.697,63	0,00	90.642,58	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	656.507,05	0,00	0,00	616.932,02
TOTAL	2.270.624,01	0,00	1.038.250,33	636.124,58

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$231.408,08); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$1.085.087,96) e outros (R\$13.306,66);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os Valores a Receber de Tarifas;

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$99.528,84); Pis Folha (R\$15.782,55); COFINS (R\$541.195,66);

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avals e Fianças Honrados	(107.217,73)	0,00	(78.900,33)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(643,44)	0,00	(121,91)	(95,97)
TOTAL	(107.861,17)	0,00	(79.022,24)	(95,97)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avals e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
A	0,5%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	43.575,68	(217,88)
C	3%	Vencidas	0,00	21.448,14	21.448,14	(643,44)	0,00	0,00
E	30%	Vencidas	39.881,38	0,00	39.881,38	(11.964,41)	32.213,50	(9.664,05)
F	50%	Vencidas	12.643,17	0,00	12.643,17	(6.321,59)	20.218,08	(10.109,04)
G	70%	Vencidas	15.707,39	0,00	15.707,39	(10.995,17)	15.571,72	(10.900,20)
H	100%	Vencidas	77.936,55	0,00	77.936,56	(77.936,56)	48.227,01	(48.227,01)
Total Normal			0,00	0,00	0,00	0,00	43.575,68	(217,88)
Total Vencidos			146.168,49	21.448,14	167.616,64	(107.861,17)	116.230,31	(78.900,30)
Total Geral			146.168,49	21.448,14	167.616,64	(107.861,17)	159.805,99	(79.118,18)
Provisões			(107.217,72)	(643,44)	(107.861,17)		(79.118,18)	
Total Líquido			38.950,77	20.804,70	59.755,47		80.687,81	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	192.349,92	0,00	0,00	0,00

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	44.422,30	0,00	18.106,80	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	0,00	0,00	8.816,43	0,00
Devedores Diversos País (a)	49.308,91	0,00	124.338,43	0,00
Material em Estoque	67.011,94	0,00	29.764,74	0,00
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda Recebidos (b)	545.860,38	0,00	0,00	545.860,38
Despesas Antecipadas	257.455,23	0,00	345.348,82	0,00
TOTAL	964.058,76	0,00	526.375,22	545.860,38

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Diferença de Caixa (R\$390,00) Pendências a Regularizar (R\$6.407,58); Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$7.720,06); Avals e Fianças Honrados (R\$34.791,27);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central de Crédito - Nota 34.2 (a)	0,00	2.858.105,54
Partic. em Inst. Financeira Controlada por Coop. Crédito	0,00	307.130,86
TOTAL (a)	0,00	3.165.236,40

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso		0,00	67.134,00
Instalações	10%	478.552,74	386.682,09
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.138.831,40	859.702,07
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.880.276,06	1.796.688,12
Sistema de Segurança	10%	179.726,31	178.206,44
Sistema de Transporte	20%	64.940,40	111.579,90
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.343.576,38	1.343.576,38
Total de Imobilizado de Uso		5.085.903,29	4.743.569,00
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(199.483,81)	(155.133,03)
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(1.774.919,24)	(1.460.379,96)
(-) Depreciação Acumulada Veículos		(52.970,37)	(79.867,20)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(388.011,77)	(253.654,13)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(2.415.385,19)	(1.949.034,32)
TOTAL		2.670.518,10	2.794.534,68

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa Amortiz.	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas de Processamento de Dados	20%	52.349,52	52.349,52
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	10%	58.458,81	49.209,81
Total de Intangível		110.808,33	101.559,33
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis		(65.919,76)	(60.820,68)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(65.919,76)	(60.820,68)
TOTAL		44.888,57	40.738,65

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	67.344.017,17	0,00	63.747.682,49	0,00
Depósito a Prazo (b)	181.344.771,96	1.013.868,60	134.830.582,20	9.094.122,69

TOTAL	248.688.789,13	1.013.868,60	198.578.264,69	9.094.122,69
--------------	-----------------------	---------------------	-----------------------	---------------------

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis* ... -fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	9.386.000,96	3,81%	10.133.490,29	4,86%
10 Maiores Depositantes	47.416.365,97	19,25%	54.176.894,45	26,01%
50 Maiores Depositantes	99.075.150,56	40,22%	91.027.202,49	43,70%
TOTAL	246.305.504,04	100%	208.299.101,07	100%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(13.029.706,05)	(21.811.376,35)	(5.558.922,48)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(188.272,00)	(351.057,31)	(269.035,39)
TOTAL	(13.217.978,05)	(22.162.433,66)	(5.827.957,87)

14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	0,00	0,00	255.930,82	0,00

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	33.293.883,70	0,00	44.194.690,91	0,00

As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimos e repasses correspondem a uma média de 104% do CDI mensal, com vencimento até 12/07/2023.

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(26.690,33)	(26.690,33)	(17.362,64)
Cooperativa Central	(3.117.098,65)	(3.117.098,65)	(1.383.072,59)
Outras Instituições	(3.711,44)	(3.309.628,33)	(425.924,15)
TOTAL	(3.147.500,42)	(6.453.417,31)	(1.826.359,38)

15. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Correspondentes no País	0,00	0,00	1.185,33	0,00

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	2.510.406,48	0,00	3.066.021,00	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	13.465,17	0,00	0,00	0,00
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	182.791,83	0,00	311.437,35	0,00
TOTAL	2.706.663,48	0,00	3.377.458,35	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores relativos à emissão de cheque ordem de pagamento solicitados pelos cooperados no mês de dezembro.

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito IOF (R\$136.836,88); Municipais (R\$45.954,95).

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	342.049,13	54.867,20	257.428,85	212.273,57
Provisão Para Contingências (b)	739.047,05	0,00	720.812,02	0,00
TOTAL	1.081.096,18	54.867,20	978.240,87	212.273,57

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em

garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	20.639.194,81	16.663.335,98

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	99.528,84	99.528,84	95.892,88	95.892,88
PIS FOLHA	15.782,55	15.782,55	0,00	0,00
COFINS	541.195,66	541.195,66	521.039,14	521.039,14
Outras Contingências	82.540,00	0,00	103.880,00	0,00
TOTAL	739.047,05	656.507,05	720.812,02	616.932,02

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	0,00	0,00	50.793,39	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	21.757,32	0,00	22.831,66	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	352.415,46	0,00	312.131,95	0,00
Outros	139.607,87	0,00	117.728,08	0,00
TOTAL	513.780,65	0,00	503.485,08	0,00

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	3.195.039,08	0,00	2.543.891,51	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	779.287,55	0,00	668.218,36	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	1.458.035,46	0,00	1.265.138,40	0,00
Credores Diversos País (d)	1.289.887,58	0,00	1.509.267,09	0,00

TOTAL	6.722.249,67	0,00	5.986.515,36	0,00
--------------	---------------------	-------------	---------------------	-------------

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	779.713,95	0,00	734.203,31	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	2.415.325,13	0,00	1.809.688,20	0,00
TOTAL	3.195.039,08	0,00	2.543.891,51	0,00

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$1.062.476,12); Assessoria Técnica (R\$4.680,38); Seguro Prestamista (R\$289.679,54); Provisão de Despesas com Cartões (R\$51.188,99); outras despesas administrativas (R\$22.816,43) e Contas Salários Encerradas (R\$27.194,00).

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar (R\$29.140,39); Diferença de Caixa (R\$51.678,05); pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$17.359,62); Crédito de Terceiros (10.586,34); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$78.785,63); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$1.064.836,98) e Valores a Liquidar - Parcelas Crédito Consignado (R\$37.500,57).

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	23.311.844,91	17.450.565,85
Associados	16.064	14.704

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2022** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício no valor de R\$7.009.425,86, findo em **31 de dezembro de 2021** da seguinte forma:

- Reserva de expansão, no valor de R\$ 1.000.000,00, para reformas do PA 00 e 01;
- Rateio de sobras para os associados no valor de R\$ 6.009.425,86.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	11.435.796,75	11.716.486,64
Reversão do FATES antes das destinações estatutárias	597.714,16	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	12.033.510,91	11.716.486,64
Fundo de Reserva	-4.813.404,36	-4.686.594,66
Fundo de assistência técnica, educacional e social	-1.203.351,09	-1.171.648,66
Reversões de Reservas	1.000.000,00	980.000,00
Reversões de Fundos	0,00	171.182,54
Sobra à disposição da Assembleia Geral	7.016.755,46	7.009.425,86

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 65% da taxa referencial Selic para o exercício de 2022, no montante de R\$1.634.268,79. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra/perda líquida do exercício (desconsiderando desp. IRPJ/CSLL)	11.435.796,77	11.952.299,13
Resultado de Atos com associados	(12.396.096,03)	(10.565.271,47)
(-) Ajuste do Resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	0,00	(235.812,49)
(-) Outras deduções (conforme Res. 129/16 e Res. 145/16)	(1.623.234,36)	(1.372.921,26)
(+) Despesas de juros ao Capital	1.634.268,79	0,00
(=) Resultado de atos não associados conf.Art.87 da Lei 5.764/71	(949.264,82)	(221.706,09)

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	175.889,44	323.927,66	217.983,34
Rendas de Empréstimos	19.077.303,02	36.254.838,46	22.589.097,26
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.555.363,19	4.689.383,64	2.608.703,52
Rendas de Financiamentos	1.285.081,57	2.353.173,09	1.598.075,16
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	0,00	0,00	2.005,78
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	0,00	0,00	18.011,85
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	24.491,98	54.306,39	1.565,69
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	454.441,34	999.627,55	469.841,84
TOTAL	23.572.570,54	44.675.256,79	27.505.284,44

23. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(13.217.978,05)	(22.162.433,66)	(5.827.957,87)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(3.147.500,42)	(6.453.417,31)	(1.826.359,38)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.722.863,41	6.616.669,05	3.933.540,65
Reversões de Provisões para Outros Créditos	12.348,09	26.653,45	5.200,41
Provisões para Operações de Crédito	(4.418.962,55)	(9.683.428,85)	(6.144.913,01)
Provisões para Outros Créditos	(95.806,31)	(181.493,02)	(99.329,82)
TOTAL	(17.145.035,83)	(31.837.450,34)	(9.959.819,02)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	448.918,05	856.669,95	721.721,80
Rendas de Convênios	94.840,51	184.263,10	180.766,72
Rendas de Comissão	1.217.711,58	2.469.771,85	2.334.076,52
Rendas de Cartões	429.357,02	783.659,39	691.661,40
Rendas de Outros Serviços	651.785,73	1.151.269,85	813.499,93
TOTAL	2.842.612,89	5.445.634,14	4.741.726,37

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	223.826,54	430.600,90	367.445,50
Rendas de Serviços Prioritários - PF	154.052,00	311.336,40	307.922,50
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	27.420,00	44.245,00	75.640,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	898.963,10	1.668.822,80	1.238.932,22
TOTAL	1.304.261,64	2.455.005,10	1.989.940,22

26. Dispendios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(35.987,07)	(71.094,63)	(58.942,98)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(472.012,52)	(923.073,83)	(834.771,02)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(925.724,72)	(1.765.517,51)	(1.435.797,25)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.039.073,17)	(2.009.612,96)	(1.591.240,11)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.972.112,33)	(5.989.589,49)	(5.040.364,36)
Despesas de Pessoal - Treinamento	0,00	0,00	(6.563,57)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(22.935,31)	(41.811,90)	(59.850,73)
TOTAL	(5.467.845,12)	(10.800.700,32)	(9.027.530,02)

27. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(98.444,09)	(193.089,52)	(172.668,48)
Despesas de Aluguéis	(560.830,70)	(1.069.470,73)	(793.028,97)
Despesas de Comunicações	(103.216,91)	(221.708,95)	(192.752,16)

Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(89.970,93)	(256.065,50)	(159.792,96)
Despesas de Material	(41.261,96)	(81.516,82)	(75.000,74)
Despesas de Processamento de Dados	(480.532,08)	(925.530,17)	(874.755,83)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(130.507,30)	(167.173,88)	(51.267,87)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(102.464,25)	(161.990,35)	(51.616,52)
Despesas de Publicações	(7.616,00)	(12.176,00)	(1.316,00)
Despesas de Seguros	(50.515,38)	(101.769,66)	(123.024,22)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.149.393,14)	(2.126.121,47)	(1.600.842,70)
Despesas de Serviços de Terceiros	(317.360,33)	(570.856,59)	(442.558,44)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(328.910,18)	(656.869,65)	(475.161,41)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(159.253,08)	(337.865,09)	(297.920,13)
Despesas de Transporte	(167.069,76)	(353.845,34)	(389.205,97)
Despesas de Viagem no País	(423,00)	(642,00)	(3.331,95)
Despesas de Amortização	(122.793,05)	(246.038,17)	(181.136,33)
Despesas de Depreciação	(147.001,63)	(289.870,72)	(187.250,22)
Outras Despesas Administrativas	(388.304,15)	(755.317,31)	(643.292,70)
TOTAL	(4.445.867,92)	(8.527.917,92)	(6.715.923,60)

28. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(28.536,05)	(51.215,07)	(38.814,76)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(99.689,89)	(195.367,38)	(180.506,58)
Despesas de Contribuição ao COFINS	0,00	(68.526,91)	(140.160,81)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	0,00	(11.135,66)	(22.776,13)
TOTAL	(128.225,94)	(326.245,02)	(382.258,28)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	52.371,61	75.281,03	154.231,22
Dividendos	0,00	37.340,97	0,00
Distribuição de sobras da central	0,00	0,00	64.372,39
Rendas de Repasses Interfinanceiros	38.128,07	65.045,59	123.106,18
Outras rendas operacionais	26.366,29	91.223,59	101.978,63
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquirencia	801.171,05	1.497.054,62	1.185.962,66
TOTAL	918.037,02	1.765.945,80	1.629.651,08

30. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(48.291,41)	(57.769,44)	(23.592,09)
Outras Despesas Operacionais	(75.612,62)	(128.764,40)	(94.705,19)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(107.851,60)	(199.625,25)	(132.890,09)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(34.512,81)	(146.498,21)	(84.596,92)
Perdas - Fraudes Externas	(1.000,00)	(9.328,94)	(2.704,91)
Perdas - Práticas Inadequadas	0,00	(1.000,00)	(17.425,56)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	0,00	0,00	(16.385,82)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(336.715,81)	(597.714,16)	(163.449,47)
TOTAL	(603.984,25)	(1.140.700,40)	(535.750,05)

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	0,00	0,00	(103.880,00)
Provisões para Contingências	0,00	0,00	(103.880,00)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(45.112,23)	72.786,09	2.371,96

Provisões para Garantias Prestadas	(276.328,33)	(489.370,65)	(363.961,04)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	231.216,10	562.156,74	366.333,00
TOTAL	(45.112,23)	72.786,09	(101.508,04)

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0,00	0,00	5.661,89
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	50.401,53	50.401,53	0,00
Ganhos de Capital	8.260,80	12.657,60	13.286,48
Rendas de Aluguéis	0,00	0,00	3.000,00
Outras Rendas Não Operacionais	972,48	2.105,70	7.542,90
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0,00	0,00	(29.000,00)
(-) Perdas de Capital	(4.812,02)	(6.484,02)	(8.990,45)
TOTAL	54.822,79	58.680,81	(8.499,18)

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. Vínculo de Grupo Econômico	3.590.015,19	0,6390%	16.740,39
P.R. Sem vínculo de Grupo Econômico	1.495.225,78	0,2661%	25.570,83
TOTAL	5.085.240,97	0,9051%	42.311,22
Montante das Operações Passivas	1.275.928,10	0,5513%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Empréstimos e Financiamentos	1,1006%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0525%
Aplicações Financeiras	0,5513%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	162,70	1,56	0,0135%
Conta Garantida	5.269,86	158,09	0,1830%
Empréstimos	3.396.987,57	103.063,41	1,6877%
Financiamentos	5.747,26	28,74	0,0408%
Direitos Creditórios Descontados	40.668,76	203,35	0,1507%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	251.319,24	0,3748%	0%
Depósitos a Prazo	1.202.412,34	0,6594%	1,1325%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural RPL, crédito rural repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,3935%	2,78
Empréstimos	1,0130%	17,90
Financiamentos	1,3200%	36,20
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	94,8243%	160,66

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	5.335,57
Direitos Creditórios Descontados	40.668,76
Empréstimos	5.032.613,76

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	482.470,19	890.014,31

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(100.557,84)	(196.282,78)	(175.329,18)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(472.012,52)	(923.073,83)	(834.771,02)

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2022	31/12/2021
440.194,64	640.661,31

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDESP, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDESP responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira Nota 4	87.537.786,54	71.735.796,45
Ativo Investimentos Nota 10	0,00	2.858.105,54
Ativo Participações de Cooperativas Nota 5	4.066.343,48	0,00
Total das Operações Ativas	91.604.130,02	74.593.901,99
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses Nota 14	33.293.883,70	44.194.690,91
Total de Operações Passivas	33.293.883,70	44.194.690,91

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.802.647,59	11.229.770,83	3.339.454,27
Total das Receitas	6.802.647,59	11.229.770,83	3.339.454,27
Rateio de Despesas da Central	(112.669,88)	(200.634,61)	(242.803,21)
Total das Despesas	(112.669,88)	(200.634,61)	(242.803,21)

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	45.151.608,21	35.151.223,54
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	250.320.779,10	226.320.991,89
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	18,04	15,53
Imobilizado para cálculo do limite	2.670.518,10	2.794.534,68
Índice de imobilização (limite 50%) %	5,91	7,95

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRISAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em

momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37. Seguros Contratados Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

38. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, Instrumentos

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelo

Fase 4 Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

Bom Despacho, MG, 31 de janeiro de 2023.

Rogério Heitor Andrade
Diretor de Riscos e Controles

Ronaldo Tavares Gontijo
Diretor Administrativo

Sávio Ribeiro Araújo
Diretor de Negócios

Carlos Antônio Brites
Contador CRC/52684

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados na condição de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão União do Centro Oeste de Minas Ltda. Sicoob Credesp e em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Sobras ou Perdas e demais Demonstrativos Contábeis normatizados pela legislação vigente e o Relatório da Diretoria, relativos ao exercício findo em **31 de dezembro de 2022**.

Com base nos exames efetuados e no Relatório da Auditoria Externa somos de parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação dos senhores associados.

Bom Despacho, 31 de janeiro de 2023.

Atenciosamente,

Geraldo Antônio da Silva
Conselheiro Fiscal

Gabriel Philipe Gomes e Silva
Conselheiro Fiscal

Rogério Cardoso da Silva
Conselheiro Fiscal

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão União do Centro Oeste de Minas Ltda. SICOOB
CREDESP - CNPJ: 1703620
Bom Despacho MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão União do Centro Oeste de Minas Ltda. SICOOB CREDESP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDESP em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir,

independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 17 de março de 2023.



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG 69.261/O

Produtos e Serviços

para cooperados



• Conta Corrente

Sua movimentação financeira com as menores taxas.

• Crédito Pessoal e Empresarial

Linhas de Crédito especiais com as menores taxas para alavancar os seus projetos e investimentos.

• Aplicações e Investimentos

RDC e Poupança com rendimentos acima da média e as melhores taxas do mercado.

• SICOOB PREVI

Previdência Privada com todas as vantagens da média e as melhores taxas do mercado.

• Pagamento de Contas e Boletos

Tranquilidade com o débito automático e Débito Direto Autorizado (DDA).

Importante: Não recebemos boletos de pagamento emitidos fora do padrão, das especificações ou dos requisitos vigentes, nos termos da circular BCB nº 3.598/2012. (Lei nº 8.078/1990 e Resolução CMN nº 3.694/2009 atualizada pela Resolução CMN nº 4.746/2019).

• Cartões de Crédito e Débito

As principais bandeiras (Visa, Mastercard e Cabal) para pagamentos a crédito e débito em conta. Além de saques em terminais de todas as cooperativas do sistema Sicoob e na rede Banco 24 Horas.

• Seguros Sicoob Credesp

Automóvel, imóvel, moto, empresarial e vida.

• LCI

Além de garantir mais rentabilidade para o seu dinheiro, com a LCI do Sicoob Credesp você aumenta a sua participação nos resultados da Cooperativa.

• Portabilidade de Crédito

Traga seu crédito para a Sicoob Credesp e conte com condições perfeitas para você.

• PIX

Desenvolvido para facilitar o seu dia a dia, transações fáceis, simples, intuitivas e rápidas.

• Conta Salário

Tranquilidade para receber seu salário.

• COOPCERTO - Cartões de Benefícios

Cartões para seus funcionários que facilitam o pagamento de benefícios como alimentação, refeição, combustível, presente e premiação.

• Cobrança Bancária

Soluções para empresas de todos os tamanhos e autônomos. Com as melhores tarifas e gestão on-line.

• Portabilidade Salarial

Transfira seu pagamento para o Sicoob Credesp e tenha as vantagens de um cooperado.

• App Sicoobnet

Um jeito prático e rápido de realizar transações e movimentações financeiras com segurança e tranquilidade no computador, tablet ou smartphone.

• Maquininha Sipag

Máquina de cartão com as melhores vantagens e benefícios para os associados, Menos despesas mais lucro nas vendas.

• Linhas de Crédito

Crédito Consignado, desconto de cheques, financiamento de veículos, linha fotovoltaica e BDMG.

• Sicoob Consórcio

A maneira mais inteligente de realizar seus sonhos: automóvel, imóvel e serviços.

• Câmbio

Com as soluções de câmbio do Sicoob, você tem praticidade e as tarifas mais competitivas do mercado.



26
anos

SINÔNIMO DE
**CREDIBILIDADE
E TRANSFORMAÇÃO**

Central de Atendimento Sicoob

Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111
Demais localidades: 0800 642 0000

Central de Relacionamento

(37) 3522-1166

SAC 24h

0800 724 4420

Ouvidoria Sicoob

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 725 0996
www.ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458

Demais serviços de atendimento

www.sicoobcredesp.com.br



[sicoobcredesp](#)



[sicoobcredesp](#)



[sicoobcredesp](#)



[sicoobcredesp](#)